JULIO GROSTEIN

AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Doutor Roger Stiefelmann Leal

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

JULIO GROSTEIN

AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Constitucional, sob a orientação do Professor Doutor Roger Stiefelmann Leal.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Grostein, Julio
AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL E JURISDIÇÃO
CONSTITUCIONAL ; Julio Grostein ; orientador Roger
Stiefelmann Leal -- São Paulo, 2020.

346

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Estado) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Autocontenção judicial. 2. Questões políticas.
3. Presunção de constitucionalidade. 4. Critérios
processuais. 5. Pluralismo, ativismo judicial. I.
Leal, Roger Stiefelmann, orient. II. Título.

JULIO GROSTEIN

AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Constitucional, sob a orientação do Professor Doutor Roger Stiefelmann Leal.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____

Professor Doutor Roger Stiefelmann Leal

1º Examinador

(a):_____

2º Examinador

(a):_____

3º Examinador

(a):_____

4º Examinador

(a):_____

5º Examinador

(a):_____

Dedico este trabalho à Gabriela.

With all the changing seasons of my life

Eu sinto a tua mão a me guiar

Pela noite a caminho de casa

Cada movimento do sol sobre você

Cada móvel velho e cada anoitecer

Mais uma vez, sem você eu não teria chegado até aqui.

Simples assim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Professor Roger Stiefelmann Leal. Tive o privilégio de vivenciar de perto, uma vez mais, todo o seu brilho e dedicação, como professor e como orientador. Cada aula assistida e cada conversa travada, desta vez no doutorado, serviram de estímulo e referência. Já havia aprendido com ele que “não se trata de fazer ler, mas de fazer pensar”. Mais do que nunca, o tenho como paradigma de pesquisador e de docente.

Agradeço aos Professores Conrado Hübner Mendes e Pedro Buck Avelino pelas valiosas e estimulantes contribuições no exame de qualificação.

Agradeço à minha mãe Francisca Gallon Grostein e à minha irmã Adele Grostein por todo o apoio e compreensão, desde sempre. Tenho em vocês o modelo ideal de caridade, bondade, coragem e doçura.

Agradeço ao meu pai Sergio Grostein (*in memoriam*), que, no exercício da função de pai, dedicou-se a me ensinar as lições da vida. E, assim, se tornou exemplo e inspiração.

Agradeço aos meus grandes amigos e amigas que mais de perto acompanharam esta jornada.

Aos meus amigos Rafael Folador Strano e Alvimar Virgílio de Almeida, por tantas e tantas histórias. Dividi de perto com vocês algumas das angústias e das conquistas da vida. Por estarem ao meu lado ao longo destes caminhos, meu muito obrigado.

Juliana Garcia Belloque, por todo o companheirismo, entusiasmo, incentivo e estímulo. Sem os nossos cafés, essa tese não teria tido o mesmo brilho, a mesma força, o mesmo colorido e a mesma criatividade.

Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro e Rodrigo Vidal Nitrini, com quem dividi de perto não só amizade, mas também os desafios e as recompensas próprias de programas de pós-graduação. Encontrei inspiração na inteligência, garra e dedicação de vocês.

Felipe Hotz de Macedo Cunha, Erika Doria dos Santos, Clint Rodrigues Correia e Jéssica Maria Cavalheiro Madeira, pelo raro privilégio de dividir meus dias com amigos verdadeiros. É incrível como aprendo todos os dias com vocês. Nesses anos todos, minha admiração só cresceu. E a amizade próxima de vocês foi fundamental. Pelas risadas, apoio, paciência e todas (foram tantas!) conversas, meu muito obrigado.

Tiago Augusto Bressan Buosi e Glauber Callegari, em quem encontrei a leveza tantas vezes necessárias nesta jornada. Sem a camaradagem e as risadas com vocês, teria sido muito mais árduo.

Daniel Guimarães Zveibil, pelo apoio e ajuda nesta pesquisa. Nos momentos de insegurança, seu olhar sobre esta tese me trazia novamente a confiança para seguir em frente.

Davi Eduardo Depiné Filho, pela amizade, parceria e compreensão. As nossas caminhadas reflexivas pelas ruas do centro tantas vezes me fizeram perceber não só a atualidade e importância do tema desta tese, mas, sobretudo, como ele repercuta na prática das instituições.

Enfim, em diferentes momentos da caminhada que permeou esta pesquisa, cada um de vocês foi fundamental. Cada um à sua maneira, cada um com o seu propósito. Este trabalho tem um pouco de cada um de vocês. Em vocês tive inspirações, apoio, estímulo, incentivo e entusiasmo. *Aprendi com as primaveras a deixar-me cortar e a voltar sempre inteiro* e, assim, *llevo tus marcas en mi piel*. Obrigado por tudo isso e por todo o resto.

“I like restraint... if it doesn't go too far.”

- Mae West

“Judges are like umpires. Umpires don't make the rules; they apply them. The role of an umpire and a judge is critical. They make sure everybody plays by the rules. But it is a limited role. Nobody ever went to a ball game to see the umpire.”

- Discurso de abertura de John G. Roberts na audiência para sua confirmação ao cargo de presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos perante o Senado norte-americano

“Restraint is only restraint when we reject what we want most.”

- J Harvie Wilkinson III

RESUMO

Este trabalho tem por objeto o estudo da autocontenção judicial, promovendo uma análise comparativa deste comportamento judicial na jurisprudência da Suprema Corte federal norte-americana e do Supremo Tribunal Federal brasileiro. Para tanto, são identificados os elementos essenciais do que se tem denominado autocontenção judicial, bem como se analisa a sua origem, evolução e classificações doutrinárias já formuladas. Vinculando-se a noção de autocontenção aos limites autonomamente impostos pelos próprios juízes constitucionais, busca-se examinar os diversos critérios deste comportamento restrito, isto é, os mecanismos desenvolvidos pela jurisdição constitucional para permitir a adoção de posturas autocorrigidas. O exame de julgados que externam comportamentos autorrestritos bem como a análise da literatura especializada brasileira e norte-americana indicam que a autocontenção destes tribunais se expressa por meio da doutrina das questões políticas, da presunção de constitucionalidade e de algumas técnicas processuais que impedem o julgamento de mérito de demandas. Examina-se, assim, a aplicação destes critérios na jurisprudência dos dois tribunais estudados, apreciando como cada um deles se relaciona com limitações à jurisdição constitucional impostas pelo ordenamento constitucional e legal. Afere-se, assim, formas puras e híbridas de cada um dos critérios de autocontenção, conforme tenham origem na opção autônoma do tribunal e/ou em normas jurídicas positivadas. Com base neste contexto, é possível promover uma análise comparativa da autocontenção judicial no Supremo Tribunal Federal e na Suprema Corte, apreciando se há coerência no uso dos critérios, as tendências da autocontenção, suas novas tipologias e seus efeitos perante os dois sistemas constitucionais estudados. Este cenário permite, ao final, examinar como comportamentos autocorrigidos efetivamente se relacionam com a noção de ativismo judicial.

Palavras-chave: Autocontenção judicial. Critérios de autocontenção no Brasil e nos Estados Unidos. Questões políticas. Presunção de constitucionalidade. Critérios processuais. Coerência na aplicação dos critérios. Autocontenção própria e imprópria. Pluralismo político. Ativismo judicial.

ABSTRACT

This research aims to study judicial self-restraint, promoting a comparative analysis of this judicial behavior in the jurisprudence of the United States Supreme Court and the Brazilian Supreme Court. Therefore, the essential elements of what has been called judicial self-restraint are identified, as well as its origin, evolution and already formulated doctrinal classifications about it. By linking the notion of self-restraint with the limits autonomously imposed by the constitutional judges themselves, the research seeks to examine the various criteria of this restricted behavior, that is, the mechanisms developed by courts exercising judicial review to allow the adoption of self-restrained attitudes. Analysis of both self-restrained decisions and Brazilian and American authors indicates that the judicial self-restraint of these courts is expressed through the political questions doctrine, the presumption of constitutionality and some procedural techniques that prevent reaching the merits in some cases. Thus, this work studies the application of these criteria by the jurisprudence of the two analyzed courts, considering how each of them relates to limitations to judicial review imposed by constitutional and legal rules. In this manner, pure and hybrid forms of each of the self-restraint criteria can be traced according to its origin: whether the court's autonomous choice and/or positive legal or constitutional rules. Based on this context, it is possible to promote a comparative analysis of judicial self-restraint in both supreme courts analyzed, considering whether there is consistency in the use of the criteria, the trends of self-restraint, their new typologies and their effects on the two constitutional systems studied. This scenario allows, in the end, to examine how self-restrained postures effectively relate to the notion of judicial activism.

Keywords: Judicial self-restraint. Self-restraint criteria in Brazil and in the United States. Political questions. Presumption of constitutionality. Procedural criteria. Consistency in applying criteria. Pure and hybrid self-restraint. Political pluralism. Judicial activism.

RIASSUNTO

Lo scopo di questa ricerca è lo studio dell'autocontrollo giudiziario, promuovendo un'analisi comparativa di questo comportamento giudiziario nella giurisprudenza della Corte Suprema federale degli Stati Uniti e della Corte Suprema brasiliana. A tal fine, sono identificati gli elementi essenziali di quello che è stato definito autocontrollo giudiziario, nonché la sua origine, evoluzione e le sue classificazioni dottrinali già formulate. Collegando la nozione di autocontrollo con i limiti autonomamente imposti dagli stessi giudici costituzionali, cerchiamo di esaminare i vari criteri di questo comportamento ristretto, cioè i meccanismi sviluppati dalla giurisdizione costituzionale per permettere l'adozione di comportamenti autocontrollati. L'esame di sentenze che mostrano comportamenti auto-limitati e l'analisi della letteratura specializzata brasiliana e americana indicano che l'autocontrollo di questi tribunali è espresso attraverso la dottrina delle questioni politiche, la presunzione di costituzionalità e alcune tecniche procedurali che impediscono l'analisi di merito. Pertanto, viene esaminata l'applicazione di questi criteri nella giurisprudenza dei due tribunali studiati, considerando come ciascuno di essi si collega alle limitazioni alla giurisdizione costituzionale imposta dall'ordinamento costituzionale e legislativo. Pertanto, si vedono forme pure e ibride di ciascuno dei criteri di autocontrollo, in quanto originati dalla scelta autonoma della corte e/o norme giuridiche positive. Sulla base di questo contesto, è possibile promuovere un'analisi comparativa dell'autocontrollo giudiziale di entrambi i tribunali, considerando se c'è coerenza nell'uso dei criteri, se ci sono delle tendenze di autolimitazione, le loro nuove tipologie e i loro effetti su di essi i due sistemi costituzionali studiati. Questo scenario consente, alla fine, di esaminare in che modo i comportamenti autonomi si collegano effettivamente alla nozione di attivismo giudiziario.

Parole chiavi: Autocontrollo giudiziario. Criteri di autocontrollo in Brasile e negli Stati Uniti. Questioni politiche. Presunzione di costituzionalità. Criteri procedurali. Coerenza nell'applicazione dei criteri. Autocontrollo di sé e improprio. Pluralismo politico. Attivismo giudiziario.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC – ação declaratória de constitucionalidade
ADI – ação direta de inconstitucionalidade
ADPF – arguição de descumprimento de preceito fundamental
AgR – agravo regimental
AI – agravo de instrumento
AP – ação penal
ARE – recurso extraordinário com agravo
art. – artigo
AV – avulsa/o
CT – carta testemunhável
DJ – Diário da Justiça
DJe – Diário da Justiça eletrônico
EC – emenda constitucional
EREsp – embargos de divergência em recurso especial
EUA – Estados Unidos da América
Ext - extradição
HC – *habeas corpus*
MC – medida cautelar
MI – mandado de injunção
min. – ministro
MS – mandado de segurança
PEC – proposta de emenda à Constituição
PET – petição
QO – questão de ordem
Rcl – reclamação
RE – recurso extraordinário
rel. – relator
Rp – representação de inconstitucionalidade
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
T. – turma

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
1. Justificativa.....	27
2. Delimitação do objeto.....	31
3. Metodologia.....	33
4. Organização da pesquisa.....	35
 CAPÍTULO I – NOÇÕES GERAIS SOBRE A AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL... 37	
1. A missão da jurisdição constitucional.....	37
2. Autonomia e restrição: o caráter endógeno.....	40
3. Autocontenção e expressões afins.....	47
3.1 Virtudes passivas.....	47
3.2 Minimalismo judicial.....	50
3.2.1 Noções gerais.....	50
3.2.2 O silêncio do tribunal como expediente minimalista.....	53
3.3 Passivismo judicial.....	56
4. Origens e evolução da autocontenção judicial.....	59
5. Classificações doutrinárias.....	72
6. Os critérios de autocontenção judicial.....	74
 CAPÍTULO II – QUESTÕES POLÍTICAS..... 79	
1. Noções preliminares.....	79
2. Caracterização das questões políticas como critério de autocontenção judicial.....	82
2.1 Considerações iniciais.....	82
2.2 A sistematização das questões políticas.....	85
3. Análise da aplicação das questões políticas como critério de autocontenção judicial....	91
3.1 Relações exteriores.....	91
3.2 Organização política dos entes federados.....	95
3.3 Processo legislativo.....	102
3.4 <i>Impeachment</i>	107
3.5 Limitações institucionais do Poder Judiciário.....	111
3.6. Estado de sítio e intervenção federal na Primeira República brasileira.....	118
4. Questões políticas constituem pseudocritério de autocontenção judicial?.....	122

CAPÍTULO III – PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE.....131

1. Noções preliminares.....	131
2. Caracterização da presunção de constitucionalidade como critério de autocontenção judicial.....	133
3. Análise da aplicação da presunção de constitucionalidade como critério de autocontenção judicial.....	143
3.1 Regulação econômico-social.....	143
3.2 O juízo de <i>expertise</i> técnica.....	149
3.3 Liberdades públicas.....	158
3.4 Deferência judicial e o emprego da presunção de constitucionalidade na ausência de dúvida.....	164
3.4.1 Considerações iniciais.....	164
3.4.2 A ausência de disciplina constitucional: a deferência em matéria não regulada pela Constituição.....	165
3.4.3 Deferência e aplicação de competências claramente estabelecidas na Constituição.....	172
4. Presunção de constitucionalidade é pseudocritério de autocontenção?.....	175
4.1 Uso autêntico da presunção de constitucionalidade como critério de autocontenção judicial.....	175
4.2 Usos não autênticos da presunção de constitucionalidade como critério de autocontenção judicial.....	177

CAPÍTULO IV – CRITÉRIOS PROCESSUAIS DE AUTOCONTENÇÃO.....185

1. Autocontenção judicial e juízo de mérito.....	185
2. Casos, controvérsias e a doutrina da justiciabilidade (<i>justiciability</i>): a sistematização dos critérios processuais de autocontenção nos Estados Unidos.....	186
3. Análise da aplicação dos critérios processuais de autocontenção da Suprema Corte....	192
3.1 <i>Ripeness</i>	192
3.2 <i>Mootness</i>	195
3.3 <i>Standing</i>	200
4. Análise da aplicação dos critérios processuais de autocontenção do Supremo Tribunal Federal.....	204
4.1 A exigência de pertinência temática para aferição da legitimidade à propositura de ações de controle concentrado e abstrato.....	204
4.2 A necessidade de prequestionamento como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário: a súmula 282 do STF e os casos que ensejaram a sua edição.....	212

4.3 A vedação à análise da matéria fática e à rediscussão de provas no recurso extraordinário: as súmulas 279 e 454 do STF e os casos que as ensejaram.....	220
4.4. A necessidade de controvérsia judicial relevante como pressuposto da ação declaratória de constitucionalidade.....	224
5. Considerações críticas sobre a autocontenção processual do STF.....	230
5.1 O uso velado dos critérios processuais.....	230
5.2 Os filtros processuais do STF são pseudocritérios de autocontenção judicial?.....	231
5.3. Outras cogitações doutrinárias.....	234
6. Considerações críticas sobre a autocontenção processual da Suprema Corte.....	238
6.1 As virtudes passivas da Suprema Corte são pseudocritérios de autocontenção judicial?.....	238
6.2 A aplicação velada de critérios materiais de autocontenção por intermédio do <i>standing</i>	242
7. Critérios processuais do STF: similares nacionais das técnicas norte-americanas?.....	245

CAPÍTULO V – PERFIL DA AUTOCONTENÇÃO JUDICIAL: GARANTIA DA PLURALIDADE OU OUTRA FORMA DE ATIVISMO?.....249

1. Comparando a autocontenção judicial no Brasil e nos Estados Unidos.....	249
1.1 O peso dos critérios nas decisões.....	249
1.2 A repercussão na colegialidade: a autocontenção é argumento que une a maioria?....	251
1.3 A coerência no uso dos critérios de autocontenção judicial.....	257
2. Tendências da autocontenção: categoria em extinção?.....	258
3. Novas tipologias da autocontenção judicial.....	266
3.1 Autocontenção própria e imprópria.....	266
3.2 Autocontenção individual e institucional.....	267
3.3 Autocontenção minimalista, não minimalista e passivista.....	268
4. Os efeitos dos critérios de autocontenção: aperfeiçoamentos e desvirtuamentos institucionais.....	271
4.1 Autocontenção e pluralismo político.....	271
4.2 Jurisprudência defensiva: <i>slamming the courthouse door</i>	280
5. Autocontenção e ativismo judicial.....	284

SÍNTESE CONCLUSIVA.....295

BIBLIOGRAFIA.....301

INTRODUÇÃO

1. Justificativa

A sabatina promovida no Senado norte-americano para apreciar a indicação de John G. Roberts ao cargo de presidente da Suprema Corte federal daquele país veiculou inúmeros significados que a expressão autocontenção judicial pode assumir¹.

Naquela ocasião, o Senador Graham asseverou que um indicado a Suprema Corte deve ter a coragem de tomar decisões impopulares, mas, de outro lado, “deve ter o autocomedimento para reconhecer que o seu papel está limitado à interpretação da lei e não inclui criar a lei”². Neste sentido, autocontenção foi empregada como algo ligado à função interpretativa (e não criadora) do direito.

De outro lado, porém, assim se pronunciou o indicado ao cargo: “eu diria que o primeiro limite sobre tribunais sempre foi a autocontenção judicial, e o reconhecimento por parte de juízes de que eles têm uma tarefa limitada, que eles estão apartados do povo”³. Nesta manifestação, o nomeado à vaga tratou a autocontenção como um limite primordial dos tribunais, sustentando a necessária distância que deve haver entre a Corte e as vontades políticas.

Em outra oportunidade, na mesma sessão, o Senador Kyl, arguindo o indicado ao posto, elogiou a sua postura ao defender a autocontenção judicial. A este respeito, o arguidor sustentou que um nomeado à Suprema Corte deveria compreender que seria levado ao tribunal para decidir os casos apresentados, e não para criar o direito, arrematando que ele “recomendaria esta filosofia a todos os juízes”⁴. Percebe-se, aqui, que

¹ Ata da audiência de confirmação de John G. Roberts ao cargo de presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos perante o Comitê sobre o Judiciário do Senado. 110º Congresso, primeira sessão. 12 a 15 de setembro de 2005. Disponível em: <<https://www.judiciary.senate.gov/imo/media/doc/GPO-CHRG-ROBERTS.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2019.

² Idem, p. 256. Tradução livre deste autor. No original: “*But you also have to have the self-restraint to recognize that your role is limited to interpreting the law and doesn't include making the law.*”.

³ Idem, p. 288. Tradução livre deste autor. No original: “*So I would say the primary check on the courts has always been judicial self-restraint, and a recognition on the part of judges that they have a limited task, that they are insulated from the people.*”.

⁴ Idem, p. 333. Tradução livre deste autor. No original: “*I would commend that philosophy to all of the judges.*”.

a autocontenção judicial foi qualificada como a filosofia judicial mais recomendável aos indicados à Suprema Corte, proibindo aos nomeados a tarefa de criar leis.

Já o ministro Marco Aurélio, em sessão de julgamento do Supremo Tribunal Federal, atrelou o significado de autocontenção judicial à observância da legalidade estrita, nestes termos: “ainda acredito, Presidente, nessa medula do Estado Democrático de Direito que é o princípio da legalidade. Ainda acredito ser a atuação do julgador vinculada ao Direito positivo, cabendo-lhe observar a autocontenção.”⁵.

O mesmo ministro, em outra oportunidade, afirmou que “há de vingar o princípio da autocontenção”, pois, “quando avançamos, extravasamos os limites que são próprios ao Judiciário, como que se lança um bumerangue e este pode retornar e vir à nossa testa.”⁶. Sob esta perspectiva, tudo aquilo que se mantém dentro das fronteiras da atuação judicial legítima ostentaria a marca da autocontenção.

Por sua vez, o ministro Roberto Barroso, em decisão de sua lavra, assinalou que a figura da autocontenção judicial seria algo mais conservador do que a própria interpretação restritiva, pois, “para que possa ser conciliado com a democracia, o exercício dessa competência [controle de constitucionalidade de emendas] exige, mais do que uma interpretação restritiva dos princípios petrificados, uma postura de autocontenção das Cortes”⁷.

Este cenário de incerteza conceitual é reforçado pelo fato de a autocontenção ser costumeiramente concebida como antônimo do ativismo judicial⁸, expressão por si só

⁵ RE 760.931/DF, rel. para acórdão min. Luiz Fux, j. 26.04.2017, DJ 12.09.2017.

⁶ HC 126.292/SP, rel. min. Teori Zavascki, j. 17.02.2016, DJ 17.05.2016.

⁷ MS 34.448/MC, rel. min. Roberto Barroso, decisão de 10.10.2016, DJ 13.10.2016.

⁸ Vide: BLACKMAR, Charles B. Judicial activism. *Saint Louis University Law Journal*, Saint Louis, Vol. 42, p. 753-787, 1997-1998; BROWN, Rebecca L. Activism is not a four-letter word. *University of Colorado Law Review*, Vol. 73, p. 1.257-1.274, 2002; CANON, Bradley C. Defining the dimensions of judicial activism. *Judicature*, Vol. 66, N. 6, p. 237-247, 1982-1983; COX, Archibald. The role of the Supreme Court: Judicial Activism or Self-Restraint? *Maryland Law Review*, Vol. 47, p. 118-138, 1987-1988; EPSTEIN, Lee; LANDES, William M. Was There Ever Such a Thing as Judicial Self-Restraint? *California Law Review*, Vol. 100, p. 557-578, 2012; GREEN, Craig. An Intellectual History of Judicial Activism. *Emory Law Journal*, Atlanta, Vol. 58, N. 5, 2009; ZIETLOW, Rebecca E. The Judicial Restraint of the Warren Court (and Why it Matters). *Ohio State Law Journal*, Vol. 69, p. 255-301, 2008; OLIVEIRA, Antonio Francisco Gomes de. *Jurisdição Constitucional: Diálogos Institucionais como Terceira Via entre o Ativismo e a Autocontenção judicial*. Curitiba: Juruá Editora, 2016; HERANI, Renato Gugliano. O poder judicial de constitucionalidade – Entre o ativismo e a contenção. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, Belo Horizonte, Ano 7, N. 27, p. 633, set./dez. 2013; BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, *Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática*. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; FRAGALE FILHO, Roberto; LOBÃO, Ronaldo (orgs.). *Constituição & Ativismo Judicial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 275-290.

pouco elucidativa⁹. Diante de tamanha profusão de significados, pode-se dizer que o termo “autocontenção judicial” (“*judicial self-restraint*”) se apresenta como um elogio impreciso, ao passo que o “ativismo judicial” (“*judicial activism*”) sobrevive como um “adjetivo pejorativo genérico” (“*all-purpose pejorative*”)¹⁰.

Portanto, sob o prisma conceitual, a expressão autocontenção judicial tornou-se um verdadeiro “camaleão”¹¹. Em realidade, por figurar muitas vezes como um *cliché*, a manutenção da própria utilidade deste substantivo (e dos adjetivos dele derivados – “autocontido”, “autocomedido”, “autolimitado”, “autorrestrito”) é posta em xeque¹².

Da perspectiva do seu estudo comparativo, verifica-se que, a despeito de o papel de juízes constitucionais nas democracias contemporâneas ser assunto que por si só suscita todo tipo de interesse – acadêmico ou não – o tema é tratado com diferentes profundidades por analistas brasileiros e norte-americanos. Enquanto no cenário brasileiro preponderam estudos que conectam necessariamente a autocontenção judicial ao fenômeno do ativismo sem se debruçar sobre outros aspectos do autocomedimento judicial¹³, o debate acadêmico

⁹ Cf. WOLFE, Christopher. *The Rise of Modern Judicial Review: from constitutional interpretation to judge-made law*. Revised edition. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 1994, p. 10; MALTZ, Earl. Brown v. Board of Education and “Originalism”. In: GEORGE, Robert P. (editor). *Great Cases in Constitutional Law*. New Jersey: Princeton University Press, 2000, p. 147 e ROGERS, James R.; VANBERG, George. Resurrecting Lochner: A Defense of Unprincipled Judicial Activism. *The Journal of Law, Economics, & Organization*, Vol. 23, N. 2, p. 442-468, mai. 2007.

¹⁰ POSNER, Richard A. The Rise and Fall of Judicial Self-Restraint. *California Law Review*, Vol. 100, N. 3, p. 533, jun. 2012.

¹¹ POSNER, Richard A. The Rise and Fall of Judicial Self-Restraint. *California Law Review*, Vol. 100, N. 3, p. 533, jun. 2012.

¹² Cf. POSNER, Richard. A. The Meaning of Judicial Self-Restraint. *Indiana Law Journal*, Vol. 59, N. 1, p. 01, 1983.

¹³ Vide, exemplificadamente: BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; FRAGALE FILHO, Roberto; LOBÃO, Ronaldo (orgs.). *Constituição & Ativismo Judicial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 280; OLIVEIRA, Antonio Francisco Gomes de. *Jurisdição Constitucional: Diálogos Institucionais como Terceira Via entre o Ativismo e a Autocontenção judicial*. Curitiba: Juruá Editora, 2016, p. 82-83; HERANI, Renato Gugliano. O poder judicial de constitucionalidade – Entre o ativismo e a contenção. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, Belo Horizonte, Ano 7, N. 27, p. 633, set./dez. 2013; MORALES, Carlos Mecchi. *Originalismo e Interpretação Constitucional*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2011; VOJVODIC, Adriana de Moraes. *Precedentes e argumentação no Supremo Tribunal Federal: entre a vinculação ao passado e a sinalização para o futuro*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2012; RODRIGUEZ, Caio Farah. *Sentido, Valor e Aspecto Institucional da Indeterminação Jurídica*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2011; MACHADO, Joana de Souza. *Ativismo judicial no Supremo Tribunal Federal*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional, 2008; BARROS, Juliana Augusta Medeiros de. *A Interpretação Constitucional Evolutiva e a Cidadania Social: elementos para uma hermenêutica jurisdicional de implementação efetiva dos direitos fundamentais trabalhistas*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2012; LIMA, Flávia Santiago.

sobre a autocontenção judicial (“*judicial self-restraint*”) nos Estados Unidos é muito mais longo e denso, até porque a amplitude da tarefa de julgar com base na Constituição permeou o próprio processo de aprovação da Constituição estadunidense¹⁴.

Seja como for, todas estas manifestações parecem convergir para a ideia de que a autocontenção constitui, de algum modo, uma limitação à atividade judicial. No entanto, também aqui se observam relevantes questionamentos. A expressão “autocontenção” pode ser utilizada para descrever qualquer circunstância limitadora da atividade judicial? As medidas de autocontenção judicial são sempre assim declaradas nas decisões judiciais que a pronunciam? Quais os critérios erigidos pela jurisprudência constitucional para viabilizar a adoção de comportamentos restritos? Quais seriam, enfim, os elementos caracterizadores desta categoria? Como se percebe, dúvidas substanciais acerca da fonte da autocontenção e do seu modo de aplicação pelos órgãos da justiça constitucional podem ser formuladas, justificando, em decorrência, o estudo sistematizado destas questões, tal como se propõe a presente pesquisa.

Este cenário de ambiguidade na caracterização precisa do que se vem denominando autocontenção judicial no seio das decisões da jurisdição constitucional, bem

Jurisdição Constitucional e Política: ativismo e autocontenção no STF. Curitiba: Juruá, 2014; CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo Campos. *Dimensões do ativismo judicial do STF*. Rio de Janeiro: Forense, 2014; TASSINARI, Clarissa. *Ativismo judicial: uma análise da atuação Judiciário nas experiências brasileira e norte-americana*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Programa de Pós-Graduação, 2012; MAZOTII, Marcelo. *Jurisdição Constitucional e Ativismo Judiciário: análise comparativa entre a atuação do Supremo Tribunal Federal brasileiro e da Suprema Corte estadunidense*. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2012.

¹⁴ Inicialmente, no bojo da formação da federação norte-americana, apontou-se que “é muito mais racional supor que as cortes foram destinadas a desempenhar o papel de órgão intermediário entre o povo e o Legislativo, a fim de, além de outras funções, manter esse último dentro dos limites fixados para sua atuação. O campo de ação próprio e peculiar das cortes se resume na interpretação das leis.” (HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. *O Federalista*. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. 3ª ed. Campinas: Russell editores, 2010, p. 479). A partir dos debates havidos por ocasião da ratificação do texto constitucional, o escrutínio doutrinário a respeito do desempenho do controle de constitucionalidade se revelou denso e multifacetado. Confira-se, a propósito: Vide ACKERMAN, Bruce A. *The failure of the founding fathers: Jefferson, Marshall, and the rise of presidential democracy*. Cambridge: First Harvard University Press, 2007; BICKEL, Alexander M. *The Least Dangerous Branch: the Supreme Court at the bar of politics*. New Haven: Yale University Press, 1986; WALDRON, Jeremy. The core of the case against judicial review. *The Yale Law Journal*, Vol. 115, N. 6, p. 1.346-1.406, abr./2006; WOLFE, Christopher. *The Rise of Modern Judicial Review: from constitutional interpretation to judge-made law*. Revised edition. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 1994; COX, Archibald. The role of the Supreme Court: Judicial Activism or Self-Restraint? *Maryland Law Review*, Vol. 47, p. 118-138, 1987-1988; KMEIC, Keenan D. The Origin and Current Meanings of Judicial Activism. *California Law Review*, N. 92, p. 1.441-1.477, 2004; CROSS, Frank B.; LINDQUIST, Stefanie A. The Scientific Study of Judicial Activism. *Minnesota Law Review*, N. 91, p. 1.752-1.784, 2006; GRAGLIA, Lino A. It's not constitutionalism, it's judicial activism. 19 *Harv. J. L. & Pub. Pol'y*, N. 293, 1995-1996 e HUQ, Aziz Z. When Was Judicial Self-Restraint? *California Law Review*, Vol. 100, N. 3, p. 584, 2012.

como a relevante diferença no grau de densidade do estudo doutrinário desta categoria nos dois países examinados, justificam o viés comparativo da autocontenção praticada no Supremo Tribunal Federal e na Suprema Corte norte-americana. Almeja-se, pois, comparar os limites da jurisdição constitucional destas duas cortes não sob a ótica da expansão (como usualmente se observa), mas sob o enfoque da postura autocontida, analisando especialmente os critérios da autocontenção judicial em cada um dos tribunais analisados.

À vista destas ponderações, mostra-se relevante identificar não só os elementos definidores do comportamento judicial autocontido, como também a relação do autocomendimento judicial com as limitações à jurisdição constitucional impostas pelo ordenamento jurídico-positivo.

Por consequência, abre-se a possibilidade de testar o grau de coerência com que as cortes supremas brasileira e norte-americana aplicam a noção de autocontenção judicial em seus julgados, bem como a possibilidade de se aferir qual é a precisa relação da autocontenção com o ativismo e quais os reflexos institucionais proporcionados pela adoção de posturas judiciais comedidas.

Nesta seara é que também se inclui a contribuição original para a ciência jurídica desta tese. Com efeito, para além do exame sistematizado dos critérios de autocontenção, extraídos da jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte, a pesquisa abrangerá, metodologicamente, o estudo comparativo do mesmo tema tal qual observado na prática destas cortes supremas. Pretende-se, por consequência, sanar lacuna que se observa relativamente ao estudo da forma com que se manifestam os variados critérios de autocontenção judicial, formulando-se, a partir deste exame, ponderações a respeito do perfil, tendências, tipologias e efeitos das posturas autocomedidas do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte norte-americana.

2. Delimitação do objeto

O objeto da pesquisa que se pretende levar a efeito é o estudo da autocontenção judicial na jurisdição constitucional da Suprema Corte federal norte-americana e do

Supremo Tribunal Federal brasileiro, promovendo uma análise comparativa sobre a forma com as que as posturas autocomedidas se observam nas decisões destes dois tribunais¹⁵.

A presente pesquisa posiciona o debate acerca da autocontenção judicial sob o prisma dos parâmetros de restrição do controle de constitucionalidade exercido pelos órgãos de cúpula da jurisdição constitucional brasileira e norte-americana. E, sob este panorama, de fato, mostra-se relevante aferir a fonte e a natureza destas circunstâncias de restrição, isto é, se advêm elas do ordenamento constitucional ou legal ou se, ao revés, decorrem apenas do impulso autônomo de juízes e tribunais de assim se manterem contidos.

A partir da adoção autônoma de comportamentos judiciais limitados, tanto o Supremo Tribunal Federal quanto a Suprema Corte forjaram variados mecanismos para veicular o autocomedimento em suas decisões. Trata-se de critérios que vêm sendo construídos por estas cortes supremas que lhes permitem dar vazão às posturas restringidas que unilateralmente buscam alcançar em determinadas situações. Os critérios de autocontenção – objeto da presente investigação – distinguem-se, pois, dos limites normativo-positivados que balizam a jurisdição constitucional, na medida em que os primeiros se originam de criações unilaterais da jurisprudência constitucional.

Portanto, a pesquisa que se pretende desenvolver buscará, em última análise, examinar os critérios que expressam comportamentos judiciais autocontidos, aferindo, por consequência, perfis e eventuais semelhanças e divergências entre as práticas autocontidas do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte.

O objeto da tese, em suma, é claramente definido: buscar-se-á analisar os critérios que permitem seja praticado o autocomedimento destes tribunais, investigando as situações em que são aplicados por cada um deles.

A compreensão da forma com que se aplicam os critérios de autocontenção demanda, em primeiro lugar, apartá-los de fundamentos subjetivos ou íntimos que juízes constitucionais podem cogitar mentalmente ao optar por posturas restritas. Tais elementos psíquicos refogem ao escopo da pesquisa, que trata unicamente do exame da forma como a

¹⁵ Considerando que a presente tese tem por objeto o estudo da jurisprudência unicamente deste dois tribunais, todas as próximas menções ao Supremo Tribunal Federal nesta pesquisa referem-se à corte suprema brasileira, ao passo que todas as menções à Suprema Corte dizem respeito ao órgão de cúpula do Poder Judiciário federal norte-americano.

autocontenção se expressa e se pratica no seio de decisões emanadas da justiça constitucional brasileira e norte-americana.

Para além deste recorte, buscar-se-á identificar os elementos definidores da autocontenção judicial, tal qual objetivamente aplicada, bem como as origens, evolução e eventuais classificações doutrinárias já formuladas.

E, a partir da análise da aplicação de cada um dos critérios, será possível averiguar cada um deles com maior profundidade, apreciando como a autocontenção judicial se relaciona com as limitações normativas exógenas ao exercício da jurisdição constitucional. Pretende-se, neste ponto, ratificar se as posturas comedidas observadas nos julgados examinados decorrem de critérios autonomamente criados pelas cortes supremas analisadas ou se, ao revés, são fruto de limitações impostas por normas positivadas. E, a depender da real origem da restrição observada nas decisões judiciais, será possível aferir a ocorrência ou não de pseudoautocontenção em cada um dos critérios analisados.

Este cenário permitirá promover uma análise comparativa da autocontenção judicial do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte, apurando-se, dentre outros fatores, o perfil da autocontenção e suas tendências, a coerência no uso de seus critérios, novas tipologias da autocontenção e seus efeitos – positivos e negativos – nos respectivos sistemas constitucionais. Sob este panorama será possível, ao final, identificar-se a real relação da autocontenção com o ativismo judicial

3. Metodologia

A pesquisa que se pretende desenvolver está assentada no método comparativo, eis que coteja as diversas formas de manifestação de posturas judiciais autorrestritas da Suprema Corte e do Supremo Tribunal Federal.

Para tanto, são analisadas decisões destes dois tribunais que veiculam comportamentos autocontidos, seja porque assim expressamente declaram agir, seja porque assim são classificadas pela literatura especializada dos respectivos países. Quanto aos casos doutrinariamente indicados como autolimitados, somente foram selecionados aqueles que externam, cumulativamente, os dois elementos essenciais da autocontenção judicial: (i)

uma atuação judicial restringida e que seja (ii) fruto de opção unilateral dos integrantes dos tribunais analisados. Afasta-se, assim, ponderações doutrinárias que tratem unicamente de fundamentos íntimos ou subjetivos para a adoção de comportamentos mais restritos. Cuidando a presente tese do exame objetivo acerca do modo pelo qual se aplicam tais comportamentos autorrestritos, não cabe examinar decisões que venham a ser doutrinariamente reputadas autocontidas apenas da perspectiva íntima, subjetiva ou psicológica dos respectivos julgadores.

Assim, os precedentes que compõem os Capítulos II, III e IV foram selecionados em conformidade com a presença dos elementos definidores do comportamento autocomedido ou, quando o caso, com as indicações doutrinárias que assinalam, objetivamente, a presença destes mesmos elementos. Desta maneira, evita-se aleatoriedade na escolha dos precedentes examinados, mantendo-se a coerência por selecionar os casos que efetivamente permitem estudar as hipóteses de aplicação dos variados critérios de autocontenção judicial.

Ademais, em virtude das circunstâncias que justificam o objeto, optou-se por abordar precedentes que indicam o exercício do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos do poder público. Excluem-se da análise, por outro lado, manifestações autocontidas de outros órgãos judiciais e mesmo de outras instituições públicas.

Ainda no tocante aos precedentes judiciais colacionados, cumpre observar que são analisados aqueles mais representativos de cada critério, isto é, aqueles que evidenciam de forma mais clara a presença dos elementos próprios da autocontenção judicial. De outro lado, a análise de cada um dos critérios de autorrestrição judicial se opera realizando o movimento inverso àquele habitualmente verificado nos estudos sobre o tema. Com efeito, a literatura especializada brasileira e norte-americana, via de regra, analisa, em primeiro lugar, decisões da jurisdição constitucional, enquadrando-as, em seguida, a alguma forma ou espécie vislumbrada de autocontenção judicial. Esta tese, por sua vez, procura primeiramente catalogar os critérios para, em seguida, apreciar os casos mais representativos de cada um deles, promovendo uma abordagem mais dedutiva em comparação com outros estudos sobre autocomedimento judicial.

Por fim, cabe ressaltar que a presente investigação não trata da história do direito¹⁶, mas sim sobre direito comparado¹⁷. Por este motivo, são dispensadas perspectivas mais aprofundadas acerca história do constitucionalismo brasileiro e norte-americano.

4. Organização da pesquisa

A organização do trabalho e a consequente distribuição dos capítulos decorrem dos objetivos essenciais da presente tese, ou seja, o estudo comparado dos variados critérios de autocontenção e a identificação do perfil atual desta categoria.

O primeiro capítulo destina-se ao delineamento da autocontenção judicial, identificando-se seus elementos conformadores, sua origem e evolução, além de classificações doutrinárias já formuladas a respeito. Ainda nesta sede introdutória são analisadas expressões que podem guardar alguma relação de proximidade com a autocontenção, como as virtudes passivas, o minimalismo judicial e o passivismo judicial.

Os três capítulos seguintes são dedicados ao exame individual e aprofundado dos critérios de autocontenção. Procura-se manter, tanto quanto possível, a mesma estrutura em cada um destes capítulos, a saber: a definição do critério, a análise das situações que denunciam a sua aplicação e o cotejo de cada um deles com limites normativamente impostos à jurisdição constitucional. Este será o momento propício para analisar, nos precedentes examinados, a forma com que se opera a autocontenção judicial, aferindo-se, inclusive, hipóteses em que a opção unilateral dos tribunais concorre com fatores exógenos de limitação ou se, em realidade, se está a tratar de pseudocritério de autolimitação judicial. Busca-se, ademais, estabelecer bases mais ou menos simétricas em cada dos capítulos voltados ao estudo dos critérios de autocontenção, com vistas a evidenciar de modo sistematizado a ocorrência de formas fortes, médias ou fracas de cada um dos critérios.

¹⁶ Na história do direito, “toma-se um sistema vigente em épocas anteriores, e a comparação se faz com a época atual, em que o interesse reside na evolução histórica de um mesmo organismo normativo, nas suas etapas estanques no tempo” (SOARES, Guido Fernando Silva. *Common Law*. 2ª. ed. São Paulo: RT, 2000, p. 19).

¹⁷ No direito comparado, “tomam-se dois sistemas distintos, vigentes em países distintos, num mesmo momento histórico, e as comparações se efetuam, a partir de uma metodologia científica rigorosa, em que apareceriam os elementos comuns e os diferenciados.” (idem, p. 19).

Ao Capítulo V estão reservadas as comparações mais abstratas que se podem extrair após a análise prática da autocontenção, por seus variados critérios, nos dois tribunais estudados. Com base nas conclusões firmadas ao longo da pesquisa, será possível, ao final, apreciar a coerência na aplicação dos critérios pelo STF e pela Suprema Corte, as tendências da autocontenção, bem como novas tipologias deste comportamento judicial. Por fim, será possível identificar aperfeiçoamentos e desvirtuamentos institucionais promovidos pela autocontenção judicial, bem como a sua relação com o ativismo judicial.

SÍNTESE CONCLUSIVA

1. Constitui “doloroso dever” da jurisdição constitucional pronunciar a incompatibilidade de um ato normativo em face da Constituição (*McCulloch v. Maryland*), impondo-se aos juízes constitucionais o dever de agir para proteger a norma superior. O figurino para o qual foi forjada a jurisdição constitucional não conceberia que aqueles encarregados de defender a Constituição se abstivessem, discricionariamente, de fazê-lo.

2. No entanto, a própria jurisdição constitucional passou a erigir critérios que lhe confeririam a faculdade de não intervir, compondo um parâmetro de atuação aparentemente distinto para o qual foi inicialmente forjada. Assim é que, no âmbito da jurisdição constitucional norte-americana, a Suprema Corte passou a adotar posturas que relativizavam a guarda da Constituição em face dos eventuais abusos dos demais poderes. Instituiu-se, pois, a noção de que o Poder Judiciário poderia deixar de intervir em determinados casos, ainda que esta recusa significasse retirar a proteção judicial das provisões constitucionais.

3. Esta atuação judicial reduzida, por força de escolha autônoma de juízes constitucionais, constitui o que vem sendo denominado autocontenção judicial. Seus elementos configuradores residem, portanto, no agir mais restrito e que seja fruto de opção unilateral de juízes e tribunais.

4. De outra parte, porém, a atividade judicial como um todo e a jurisdição constitucional em particular, assim como todas as demais tarefas estatais, se encontram subordinadas a limites estabelecidos no ordenamento jurídico. Normas jurídicas positivadas em textos constitucionais e legais constituem, por isso mesmo, uma particular categoria de limites impostos à jurisdição constitucional.

5. Este cenário permite distinguir a autocontenção judicial dos demais elementos normativos que balizam a jurisdição constitucional. Enquanto as limitações decorrentes da autocontenção judicial estão assentadas nos pilares da autonomia e unilateralidade, outras circunstâncias se operam por força de regras e princípios jurídicos que impedem o desempenho ilimitado da função judicial. Convivem assim, a moldar o exercício da jurisdição constitucional, limites normativamente impostos a ela (e, portanto, exógenos) e limites oriundos unicamente da opção autônoma de juízes constitucionais (e, nesta medida, endógenos).

6. Não se confunde a autocontenção judicial com outras noções que lhe são próximas. Virtudes passivas e minimalismo judicial, neste sentido, traduzem causas da autocontenção porquanto revelam os ideais de humildade, prudência, cautela e moderação. Virtudes passivas e minimalismo, portanto, denotam alguns fundamentos subjetivos, dentre os inúmeros possíveis, que juízes podem ter em conta no momento da escolha pela via do autocomedimento. A autocontenção judicial, por sua vez, encontra-se objetivamente retratada em decisões judiciais que deixam de exercer em sua plenitude as potencialidades de atuação que lhes conferem a Constituição e o ordenamento legal.

7. De outra parte, sob uma perspectiva valorativa, os comportamentos judiciais fundados nas virtudes passivas e no minimalismo revelam um adequado exercício da autocontenção, porquanto expressam as virtudes da cautela, modéstia, humildade e prudência. Já o excesso de autocontenção se amolda à ideia de passivismo judicial, eis que esta expressão retrata uma versão demasiadamente rígida e extremada dos comportamentos judiciais autocomedidos.

8. A compreensão global do fenômeno da autocontenção reclama a identificação e análise de seus critérios. Por critérios se denominam as variadas técnicas criadas unilateralmente pela jurisdição constitucional com o objetivo de viabilizar a postura redutora desejada em alguma particular circunstância. Os critérios de autocontenção não se confundem com os inúmeros motivos de ordem psicológica ou subjetiva que podem animar um juiz constitucional a optar pelo caminho da autorrestrrição judicial. Daí porque os critérios de autolimitação judicial podem ser identificados a partir do exame de julgados dos órgãos da justiça constitucional. Ao lado da doutrina das questões políticas e da presunção de constitucionalidade, também figuram como critérios de autocontenção judicial da Suprema Corte e do STF os filtros processuais criados com o fim de evitar pronunciamentos de mérito destes tribunais.

9. Os critérios de autocontenção colhidos da jurisprudência da Suprema Corte e do STF apresentam distintos pesos nas decisões judiciais que os veiculam.

10. Ora se apresentam de forma forte, traduzindo manifestações autênticas e genuínas de autorrestrrição judicial, isto é, hipóteses em que a vontade endógena de se autorrestringir é a única fonte para tanto. Não há, nestes casos, a influência de norma positiva externa para a atuação judicial restringida. Em outras ocasiões, verificam-se formas médias destes critérios, situações em que, para além da vontade autônoma do

tribunal, concorrem circunstâncias normativas externas de limitação do exercício da jurisdição constitucional (fatores exógenos). E, ainda, casos há em que a menção à autocontenção judicial é meramente retórica, pois o que efetivamente limita a atuação judicial é a aplicação ou interpretação de normas jurídicas externas à vontade do órgão julgador.

11. Formas médias e fracas de autocontenção consubstanciam, em suma, uma *retórica autocontida*, eis que indicam usos não autênticos desta categoria. O *hibridismo* que marca tais formas permite afirmar que apenas *impropriamente* cabe falar em autocontenção judicial nestes casos. A autocontenção *própria*, de seu turno, se identifica em suas formas fortes, nas quais se observa o uso genuíno desta categoria. A *pureza* do caráter endógeno, nestas situações, permite afirmar a ocorrência de manifestações judiciais propriamente autocontidas.

12. Por outro lado, a metodologia de trabalho do Supremo Tribunal Federal contribui para que os critérios de autocontenção judicial sejam invocados de modo individualizado por seus membros. O modo de tomada de decisão do tribunal, com efeito, constitui ambiente propício a que a doutrina das questões políticas e a presunção de constitucionalidade sejam invocadas pontualmente em votos isolados de alguns ministros.

13. Já a forma de elaboração das decisões da Suprema Corte favorece que os critérios materiais de autocontenção ocupem um papel central em seus julgados. No âmbito daquela corte, a teoria das questões políticas e a presunção de constitucionalidade tendem a figurar como fundamentos centrais das decisões, não se limitando a constar como argumentos adicionais nos julgados, tal como se observa no STF.

14. Esta distinção no modo pelo qual se externam os critérios de autocontenção permite vislumbrar-se uma nova tipologia deste comportamento: *autocontenção individual e institucional*. O *perfil individual* da autocontenção indica o seu uso como ferramenta de mero *reforço argumentativo* singularmente invocado por um ou alguns dos membros do colegiado em um determinado julgamento. O *perfil institucional*, por sua vez, denota as situações em que o autocomedimento judicial se apresenta como *razão fundante* das decisões ou *argumento central compartilhado* pela maioria do tribunal.

15. Ao contrário do que sugerem alguns estudos, a autocontenção judicial não se encontra em extinção. Para além da notável produção doutrinária contemporânea a respeito do assunto e da crescente repercussão política e social do tema, verifica-se que a *tendência*

atual da autoconterção é se manifestar de modo mais claro e inequívoco por meio de seus critérios processuais. Os critérios materiais, de fato, veiculam mais facilmente hipóteses impróprias de autorrestricção judicial, o que justifica, de outro vértice, atencção acadêmica nas distintas formas – mais ou menos puras – com que se observam posturas autocomedidas na jurisdição constitucional.

16. Quanto à presunção de constitucionalidade, em particular, diferentemente do que se pode sustentar, tal critério de autoconterção não opera no *underground*. Ao contrário, a presunção de constitucionalidade emerge em decises da jurisdição constitucional como mecanismo retórico nas situações em que o que se tem, em realidade, é o alinhamento ideológico-valorativo do julgador com as opções levadas a efeito pelos órgãos democraticamente compostos.

17. O *pluralismo* de ideias e valores – pilar essencial do constitucionalismo – é favorecido por ambiente judicial, sobretudo na jurisdição constitucional de cortes supremas, que seja marcado pelo autocomedimento. A opção pela via da autorrestricção atenua a discricionariedade judicial, favorecendo um ambiente propício ao livre desenvolvimento do pluralismo, especialmente junto aos poderes políticos. E, nesta condição, a autolimitação judicial apresenta o potencial de abrir espaço para o debate político à razão em que reduz o espectro de atuação de juizes constitucionais.

18. A garantia do pluralismo se verifica tanto nas formas fortes, quanto nas formas médias e fracas da autorrestricção judicial. As formas fortes (puras, próprias) traduzem limitaões à jurisdição constitucional unilateralmente impostas pelos órgãos que a integram. Neste sentido, configuram instrumentos efetivos de preservação do pluralismo, sobretudo quando as limitaões normativas exógenas da função judicial, por si sós, não se revelarem suficientes para alcançar tal objetivo.

19. Já as formas médias e fracas de autolimitação judicial contribuem para a preservação do pluralismo na medida em que o reforço argumentativo por elas propiciado corrobora o significado e importância dos foros políticos para o desfecho de determinadas controvérsias. Tais formas híbridas ou impróprias de autoconterção judicial funcionam, portanto, como alerta ou convite para atuação dos órgãos democraticamente compostos.

20. Pondera-se, todavia, que o excesso de autoconterção – sobretudo quando os órgãos democraticamente compostos frustram expressões plurais na sociedade – pode colocar em risco o pluralismo de ideias e valores. A adoção de posturas judiciais

autocontidas mesmo diante da falha ou omissão dos organismos políticos configura, sob este panorama, indesejado *passivismo judicial*.

21. De outro vértice, a aplicação desmedida de critérios processuais de autocontenção pode caracterizar a noção de *jurisprudência defensiva*. Tem-se, aqui, que o rigor excessivo na análise de requisitos de admissibilidade de ações e recursos judiciais afetos à jurisdição constitucional pode configurar *desvirtuamento* institucional propiciado por critérios processuais de autorrestrrição judicial quando aplicados de forma extremada.

22. É consolidada na literatura especializada brasileira e norte-americana a *dicotomia* entre ativismo e autocontenção judicial. Reputa-se, com efeito, se tratarem de expressões antônimas. Sobre o ativismo prevalece a pecha de predicado negativo, ao passo que a autocontenção é comumente associada a condutas esperadas de juízes constitucionais, por serem as mais adequadas no desempenho deste mister.

23. Com base nesta dualidade, afirma-se que o ativismo (i) exprime uma criação judicial do direito, (ii) evidencia uma atuação judicial seletiva e discricionária, (iii) produz efeitos negativos à democracia e à pluralidade e (iv) denota uma indevida politização do Poder Judiciário.

24. O exame dos modos pelos quais o STF e a Suprema Corte aplicam os variados critérios de autocontenção indica, em realidade, que posturas judiciais ativistas e autocomedidas guardam mais semelhanças do que se poderia supor.

25. Os critérios de autocontenção constituem, em primeiro lugar, criações unilaterais da jurisdição constitucional, a denotar atividade típica do *judge-made law* historicamente atribuído ao ativismo judicial. Ademais, as ocasiões em que se identifica falta de uniformidade e racionalidade na aplicação dos variados critérios de autocontenção – assim como a *seletividade* ao se valer de suas formas impuras – se amoldam à noção de *julgamento orientado pelo resultado*, que também inspira o conceito de ativismo judicial. Por outro lado, comportamentos excessivamente autocontidos podem suprimir mecanismos facilitadores do *pluralismo político*, colocando em risco o livre desenvolvimento do debate democrático, tal como se rotineiramente atribui ao ativismo judicial. Por fim, a utilização meramente figurativa ou retórica dos critérios de autocontenção aproxima a jurisdição constitucional de programas judiciais fundados nas preferências valorativas do julgador. Sob o pálio da autocontenção, assim, se viabiliza indesejada *politização da justiça* – circunstância costumeiramente afeta ao juiz ativista.

26. Este contexto sugere que a grande distância que estaria a separar o ativismo da autocontenção judicial compõe antiga *mitologia* do constitucionalismo. Este tese se propôs, justamente, a aclarar esta circunstância mediante o exame analítico e comparativo da aplicação dos critérios de autocontenção judicial do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte.

BIBLIOGRAFIA

ABBOUD, Georges. Consequencialismo jurídico: o lugar da análise de consequências em direito e os perigos do ativismo judicial consequencialista. **Revista dos Tribunais**, Vol. 1009, p. 01-09, 2019.

ABBOUD, Georges; LUNELLI, Guilherme. Ativismo judicial e instrumentalidade do processo Diálogos entre discricionariedade e democracia. **Revista de Processo**, Vol. 242, p. 21-47, 2015.

ACHESON, Dean G. Roger Brooke Taney: notes upon judicial self restraint. **Illinois Law Review**, Vol. XXXI, N. 06, p. 705-717, 1937.

ACKERMAN, Bruce A. **The failure of the founding fathers: Jefferrson, Marshall, and the rise of presidential democracy**. Cambridge: First Harvard University Press, 2007.

AHUALLI, Tânia Mara; SENA, Jaqueline. Ativismo judicial e as cláusulas gerais processuais no direito brasileiro. In: DIDIER JR., Fredie; NALINI, José Renato; RAMOS, Glauco Gumerato; LEVY, Wilson (orgs.). **Ativismo Judicial e Garantismo Processual**. Salvador: Juspodivm, 2013, p. 329-350.

ALMEIDA, Eloísa Machado de. Decisão de restringir prerrogativa deixa lista infundável de dúvidas e será questionada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 mai. 2018. Poder, p. A4.

ALMEIDA, Jean Alves Pereira. Teoria geral do prequestionamento. **Revista Dialética de Direito Processual**. São Paulo, N. 97, p.71-81, 2011.

AMIRFAR, Catherine; SINGH, Ashika. The Trump Administration and the Unmaking of International Agreements. **Harvard International Law Journal**, Vol. 59, N. 2, p. 443-460, 2018.

ANDRE, Steven J. The Transformation of Freedom of Speech: Unsnarling the Twisted Roots of Citizens United v. FEC. **John Marshall Law Review**, Vol. 44, N. 1, p. 69-128, 2010.

ARGUELHES, Diego Werneck. Poder não é querer: preferências restritivas e redesenho institucional no Supremo Tribunal Federal pós-democratização. **Universitas JUS**, Vol. 25, N. 1, p. 25-45, 2014.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Criatura e/ou Criador: transformações do Supremo Tribunal Federal sob a Constituição de 1988. *Revista de Direito GV*, Vol. 12, N. 2, p. 405-440, 2016.

ARJONA, Mauro César Bullara; SILVA, Anaclara Pedroso Fernandes Valentim. Recurso Extraordinário 592.581 – STF: Ativismo Judicial e Transconstitucionalismo. In: FIGUEIREDO, Marcelo; CONCI, Luiz Guilherme Arcaro (coords). **Constitucionalismo multinível e pluralismo jurídico**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 65-80, 2017.

ASSUMPÇÃO, Helcio Alves de. Recurso extraordinário: requisitos constitucionais de admissibilidade. In: FABRÍCIO, Adroaldo Furtado (coord.). **Meios de impugnação ao julgado civil: estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

ATRIA, Fernando. Existem direitos sociais? **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, Livraria do Advogado, N. 56, p. 9-46, set-dez/2005.

AVELINO, Pedro Buck. **Constitucionalismo: definição e origem**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Programa de Pós-Graduação, 2007.

BAIO, Lucas Seixas. Ativismo e legitimidade: província democrática para a criação judicial do direito. **RIDB**, Ano 1, N. 10, p. 5.883-5.884, 2012.

BARBOSA, Daniella Dutra de Almeida; TEIXEIRA, João Paulo Allain. O Supremo Tribunal Federal e o novo desenho jurisdicional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, Ano 47, N. 186, p. 129-139, abr./jun. 2010.

BARBOSA, Leon Victor de Queiroz. **O silêncio dos incumbentes: fragmentação partidária e empoderamento judicial no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação, 2015.

BARBOSA, Rui. **Obras Completas**, Vol. XXXVII, tomo VII. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1910. Versão digitalizada disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=>>

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao Código de Processo Civil**, Vol. V, 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; KOZICKI, Katya. Judicialização da política e controle judicial de políticas públicas. **Revista Direito GV**, São Paulo, N. 15, p. 59-85, jan-jul. 2012.

BARNETT, Randy E. After All These Years, Lochner Was Not Crazy - It Was Good. **Georgetown Journal of Law & Public Policy**, Vol. 16, N. 2, p. 437-444, 2018.

BARNETT, Randy E. Constitutional Clichés. **Capital University Law Review**, Vol. 36, p. 493-510, 2007.

BARNETT, Randy E. Foreword: Judicial Conservatism v. a Principled Judicial Activism. **Harvard Journal of Law & Public Policy**, Vol 10, N. 2, p. 273-294, 1987.

BARNETT, Vincent M. Constitutional interpretation and Judicial Self-Restraint. **Michigan Law Review**, Vol. 39, p. 213-237, 1940.

BARROS, Juliana Augusta Medeiros de. **A Interpretação Constitucional Evolutiva e a Cidadania Social: elementos para uma hermenêutica jurisdicional de implementação**

efetiva dos direitos fundamentais trabalhistas. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2012.

BARROS, Sérgio Resende de. Controle de constitucionalidade: Proposta de simplificação. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, N. 54, p. 21-44, 2000.

BARROSO, Luís Roberto. Constituição, democracia e supremacia judicial: direito e política no Brasil contemporâneo. **Revista da Faculdade de Direito – UERJ**, Vol. 2, N. 21, p. 01-50, jan./jun. 2012.

_____, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; FRAGALE FILHO, Roberto; LOBÃO, Ronaldo (orgs.). **Constituição & Ativismo Judicial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 275-290.

_____, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 8ª ed. São Paulo, Saraiva, 2019.

_____, Luís Roberto. '**Operação Abafa**' tenta barrar avanços do STF, escreve **Barroso**. São Paulo: Folha de São Paulo - Ilustríssima. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/em-artigo-ministro-do-supremo-rebate-criticas-feitas-ao-tribunal.shtml>> .

BASSHAM, Gregory. Freedom's Politics: A Review Essay of Ronald Dworkin's Freedom's Law: The Moral Reading of the American Constitution. **Notre Dame Law Review**, Vol. 72, p. 1.235-1.276 2014.

BATES, Ed. Activism and self-restraint: the margin of appreciation's strasbourg career... Its "coming of age"? **Human Rights Law Journal**, Vol. 36, N. 7-12, p. 261-276, 2016.

BATISTA, Fernando Natal. A Constituição como fonte de poder: breves apontamentos sobre o controle judicial da atividade política pela jurisdição constitucional. **Revista Direito Mackenzie**, Vol. 11, N. 2, p. 209-227, 2017.

BATOR, Paul M. The state courts and federal constitutional litigation. **William and Mary Law Review**, Vol. 22, p. 605-637, 1981.

BEARD, Charles Austin. **A Suprema Côrte e a Constituição**. Tradução de Paulo Moreira da Silva. Rio de Janeiro: Editôra Forense, 1965.

BENEDICT, Michael Les. Preserving the Constitution: The Conservative Basis of Radical Reconstruction. **The Journal of American History**, Vol. 61, N. 1, p. 65-90, 1974.

BERGER, Raoul. Standing to Sue in Public Actions: Is it a Constitutional Requirement? **Yale Law Journal**, Vol. 78, p. 816-841, 1969.

BERNARDES, Juliano Taveira. Novas perspectivas de utilização da ação civil pública e da ação popular no controle concreto de constitucionalidade. **Revista Jurídica Virtual**, Brasília, Vol. 5, N. 52, p. 02, 2003.

BERNICK, Evan. Subjecting the Rational Basis Test to Constitutional Scrutiny. **Georgetown Journal of Law & Public Policy**, Vol. 14, N. 2, p. 347-354, 2016.

BERNSTEIN; David E. From progressivism to modern liberalism: Louis D. Brandeis as a transitional figure in constitutional law. **Notre Dame Law Review**, Vol. 89, N. 5, p. 2029-2050, 2014.

_____, David E. Lochner's Legacy's Legacy. **Texas Law Review**. Vol. 82, N. 1, p. 01-64, nov. 2003.

_____, David E. Lochner Era Revisionism, Revised: Lochner and the Origins of Fundamental Rights Constitutionalism. **The Georgetown Law Journal**, Vol. 92, p. 01-60, 2004.

_____, David E. Lochner v. New York: A Centennial Retrospective. **Washington University Law Quarterly**, Vol. 83, N. 5, p. 1469-1528, 2005.

BERNSTEIN, David E.; SOMIN, Ilya. The Mainstreaming of Libertarian Constitutionalism. **Law and Contemporary Problems**, Vol. 77, N. 4, p. 43-70, 2014.

BESKE, Elizabeth Earle. Political Question Disconnects. **American University Law Review Forum**, Vol. 67, N. 3, p. 35-48, 2018.

BICKEL, Alexander M. **The Least Dangerous Branch: the Supreme Court at the bar of politics**. New Haven: Yale University Press, 1986.

_____, Alexander M. The Supreme Court 1960 Term Foreword: the passive virtues. **Harvard Law Review**, Vol. 75, N. 40, p. 40-79, 1961.

BISHOP, Lawrence Ray. International Law: Sovereignty: Judicial Examination of Foreign Act of State under International Law. **Michigan Law Review**, Vol. 60, N. 2, p. 231-235, 1961.

BLACKMAR, Charles B. Judicial activism. **Saint Louis University Law Journal**, Saint Louis, Vol. 42. p. 753-787, 1997-1998.

BONVENTRE, Vincent Martin. **Judicial activism, judge's speech, and merit selection: conventional wisdom and nonsense**. Albany Law Review, Vol. 68, p. 557-576, 2005.

BRADEN, George D. The search for objectivity in constitutional law. **The Yale Law Journal**, Vol. 57, N. 4, p. 571-594, 1948.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Em busca de um conceito fugidio – o ativismo judicial. In: FELLET, André Luiz Fernandes; DE PAULA, Daniel Giotti; NOVELINO, Marcelo (orgs.). **As Novas Faces do Ativismo Judicial**. Salvador: Editora Juspodivm, 2013, p. 387-401.

BREEDON, Kimberly. Remedial Problems at the Intersection of the Political Question Doctrine, the Standing Doctrine, and the Doctrine of Equitable Discretion. **Ohio Northern University Law Review**, Vol. 34, N. 2, p. 523-566, 2008.

BRENNAN, Beth; CLIFFORD, Matt. Standing, Ripeness, and Forest Plan Appeals. **Public Land Resources Law Review**, Vol. 17, p. 125-152, 1996.

BRENNER, Samuel. Airbrushed Out of the Constitutional Canon: The Evolving Understanding of *Giles v. Harris*, 1903-1925. **Michigan Law Review**, Vol. 107, N. 5, p. 853-880, 2000.

BREST, Paul. The Conscientious Legislator's Guide to Constitutional Interpretation. **Stanford Law Review**, Vol. 27, N. 3, p. 585-602, 1975.

BROWN, Mark. R. The demise of constitutional prospectivity: new life for Owen. **Iowa Law Review**, Vol. 79, N. 2, 273-312, 1994.

BROWN, Rebecca L. Activism is not a four-letter word. **University of Colorado Law Review**, Vol. 73, p. 1.257-1.274, 2002.

_____, Rebecca L. When political questions affect individual rights: the other *Nixon v. United States*. **1993 The Supreme Court Review**, p. 125-156, 1993.

BUCKLEY, James L. The Constitution and the Courts: A Question of Legitimacy. **Harvard Journal of Law & Public Policy**, Vol. 24, N. 1, p. 189-202, 2000.

BURBANK, Stephen B. Of Rules and Discretion: The Supreme Court, Federal Rules and Common Law. **Notre Dame Law Review**, Vol. 63, p. 693-719, 1988.

BURKE, David M. Presumption of Constitutionality Doctrine and the Rehnquist Court: A Lethal Combination for Individual Liberty. **The Harvard Journal of Law & Public Policy**, Vol. 18, N. 1, p. 73-174, 1994.

BURTON, Steven J. The conflict between stare decisis and overruling in constitutional adjudication. **Cardozo Law Review**, Vol. 35, p. 1.687-1.714, 2014.

BUSTAMANTE, Thomas; BUSTAMANTE, Evanilda de Godoi. Jurisdição Constitucional na Era Cunha: entre o Passivismo Procedimental e o Ativismo Substancialista do STF. **Revista Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, p. 346-388, 2016.

BYSE, Clark. Judicial review of administrative interpretation of statutes: an analysis of Chevron's step two. **The Administrative Law Journal**, Vol. 2, p. 255-268, 1988.

CACHALIA, Firoz. Judicial review of parliamentary rulemaking: provisional case for restraint. **New York Law School Law Review**, Vol. 60, p. 379-408, 2015.

CALABRESI, Steven G. The Political Question of Presidential Succession. **Stanford Law Review**, Vol 48, p. 155-176, 1995.

CAMARGO, Gerson Ziebarth. Aspectos doutrinários favoráveis e desfavoráveis ao ativismo e à autocontenção judicial. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**. Vol. 19, N. 2, p. 233-264, 2016.

CAMBI, Eduardo. Critério da transcendência para a admissibilidade do recurso extraordinário (art. 102, § 3º, da CF): entre a autocontenção e o ativismo do STF n contexto da legitimação democrática da jurisdição constitucional. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim *et al* (coord). **Reforma do Judiciário: primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional n. 45/2004**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

CAMERON, Charles M.; SEGAL, Jeffrey A.; SONGER, Donald. Auditing in a Political Hierarchy: An Informational Model of the Supreme Court's Certiorari Decisions. **American Political Science Review**, Vol. 94, N. 1, p. 101-116, 2000.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Dimensões do ativismo judicial do STF**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CANON, Bradley C. Defining the dimensions of judicial activism. **Judicature**, Vol. 66, N. 6, p. 237-247, 1982-1983.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição dirigente e vinculação do legislador: contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas**. 2^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

CARDOSO, Oscar Valente. Ativismo judicial: conceitos e preconceitos. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo N. 129. p. 76-82. dez. 2013.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Requisitos Específicos de Admissibilidade do Recurso Especial**. In: STJ - dez anos a serviço da justiça. Brasília: Consulex, 1999, p. 171-200.

CARRINGTON, Paul D. Political Questions: The Judicial Check on the Executive. **Virginia Law Review**, Vol 42, N. 2, p. 175-202, 1956.

CARRINGTON, R. W. The Impeachment Trial of Samuel Chase. **Virginia Law Review**, Vol. 09, N. 07, p. 485-500, 1923.

CARVALHO, Ernani. Dimensão política do acesso à justiça: aspectos da revisão judicial. In: GOMES NETO, José Mário Wanderley (Org.). **Dimensões do Acesso à Justiça**. Salvador, Editora PODIVM, 2008.

CARVALHO, Maria Carolina. Constitucionalização do direito, judicialização e ativismo judicial. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**. São Paulo, N. 76. p. 167-194, jul./dez. 2012.

CASAGRANDE, Cássio Luís; BARREIRA, Jônatas Henriques. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, A. 56 N. 221, p. 247-270 jan./mar. 2019.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Do poder discricionário. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, Vol. 101, p. 01-23, jul /set. 1970.

CHAYES, Abram. The role of the judge in public law litigation. **Harvard Law Review**, Vol. 89, N. 7, p. 1.281-1.316, mai. 1976.

CHEMERINSKY, Erwin. Closing the Courthouse Doors. **Denver University Law Review**, Vol. 90, N. 2, p. 317-330, 2012.

CHIN, Gabriel J. The "Voting Rights Act of 1867": the constitutionality of federal regulation of suffrage during reconstruction. **North Carolina Law Review**, Vol. 82, p. 1.581-1610, 2004.

CHRISTIANSEN, Matthew R.; ESKRIDGE JR, William N. Congressional Overrides of Supreme Court Statutory Interpretation Decisions, 1967–2011. **Texas Law Review**, Vol. 92, p. 1.317-1.541, 2014.

CIARLINI, Álvaro Luís de Araújo. Inquietude *versus* Passivismo: os Novos Desafios dos Juristas Diante da Expansão do Poder Judicial. **Revista DPU**, N. 36, p. 88-105, nov.-dez./2010.

CITTADINO, Gisele. Poder Judiciário, ativismo judiciário e democracia. **Revista Alceu** - Vol. 5, N.9 - p. 105 a 113 - jul./dez. 2004.

CLARK, Tom S. **The limits of judicial independence**. New York: Cambridge University Press, 2011.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **A fiscalização abstrata da constitucionalidade no direito brasileiro**, 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

CLÈVE, Clèmerson Merlin; LORENZETTO, Bruno Meneses. Constituição federal, controle jurisdicional e níveis de escrutínio. **Direitos Fundamentais & Justiça**, Ano 9, N. 32, p. 97-123, 2015.

COELHO, Ariadne Elloise; RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro. A tutela do ambiente e o problema do controle jurisdicional de políticas públicas: entre o ativismo e o

passivismo. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, Vol. 3, N. 2, p. 42 – 58, 2017.

COELHO, Inocêncio Mártires. Ativismo Judicial ou Criação Judicial do Direito? In: FELLET, André Luiz Fernandes; DE PAULA, Daniel Giotti; NOVELINO, Marcelo (orgs.). **As Novas Faces do Ativismo Judicial**. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Ação declaratória de constitucionalidade – sua constitucionalidade. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**. Brasília, Vol. 06, N. 2, p. 27-32, 1994.

COMELLA, Victor Ferreres. Las consecuencias de centralizar el control de constitucionalidad de la ley en un tribunal especial: algunas reflexiones acerca del activismo judicial. **Yale Law School**. SELA (Seminario en Latinoamérica de Teoría Constitucional y Política) Papers. Paper 40.

CONTINENTINO, Marcelo Casseb. Ativismo judicial: considerações críticas em torno do conceito no contexto brasileiro. **Interesse Público**, Belo Horizonte, Ano 14, N. 72, p. 1-25, mar./abr. 2012.

COX, Archibald. The independence of the judiciary: history and purposes. **University of Dayton Law Review**, Vol. 21, p. 580, 1996.

_____, Archibald. The Role of Congress in Constitutional Determinations. **University of Cincinnati Law Review**, Vol. 40, N. 2, p. 199-262, 1971.

_____, Archibald. The role of the Supreme Court: Judicial Activism or Self-Restraint? **Maryland Law Review**, Vol. 47, p. 118-138, 1987-1988.

CRAVEN JR., J. Braxton. Paeon to pragmatism. **North Carolina Law Review**, Vol. 50, p. 977-1.015, 1972.

CREMONESI, Fernando Levin. Da Reavaliação das provas e os recursos excepcionais. **Revista da Defensoria Pública da União**, N. 01, p. 62-76, 2009.

CROSS, Frank B.; LINDQUIST, Stefanie A. The Scientific Study of Judicial Activism. **Minnesota Law Review**, N. 91, p. 1.752-1.784, 2006.

CUNHA, Guilherme Caldas da. Controle constitucional do cabimento do recurso especial. **Revista dos Tribunais**, N. 704, p. 36-40, 1994.

CUNHA JR. Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2014.

CUSHMAN, Barry. The Missing Justice in Coleman v. Miller. **Journal of Supreme Court History**, Vol. 42, p. 67-76, 2017.

DAWSON, Edward C. Adjusting the Presumption of Constitutionality Based on Margin of Statutory Passage. **University of Pennsylvania Journal of Constitutional Law**, Vol. 16, N. 1, p. 97-152, 2013.

DE PAULA, Daniel Giotti. Ainda existe separação de poderes? A invasão da política pelo direito no contexto do ativismo judicial e da judicialização da política. In: FELLET, André Luiz Fernandes; DE PAULA, Daniel Giotti; NOVELINO, Marcelo (orgs.). **As Novas Faces do Ativismo Judicial**. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.

DIAS, Marina. Toffoli cita problemas de juízes na política e defende autocontenção do Judiciário. **Folha de São Paulo – Poder** – 14.05.2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/toffoli-cita-problemas-de-juizes-na-politica-e-defende-autocontencao-do-judiciario.shtml>>.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil**, Vol. 3. 16ª ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

DIEDRICH, Joseph S. Article III, judicial restraint, and this Supreme Court. **SMU Law Review**, Vol. 72, p. 235-276, 2019.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya Gasparetto. Ativismo e autocontenção judicial no controle de constitucionalidade. In: FELLET, André Luiz Fernandes; DE PAULA, Daniel Giotti; NOVELINO, Marcelo (orgs.). **As Novas Faces do Ativismo Judicial**. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.

DIXON, Rosalind. The forms, functions, and varieties of weak(ened) judicial review. **I•CON**, Vol. 17, N. 3, p. 904–930, 2019.

DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. Tradução de Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

EASTERBROOK, Frank H. Do Liberals and Conservatives differ in Judicial Activism?. **Colorado Law Review**, N. 73, p. 1.401-1.416, 2002.

ELY, John Hart. **Democracia e Desconfiança: uma teoria do controle judicial de constitucionalidade**. Tradução de Juliana Lemos. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EPSTEIN, Lee; KNIGHT, Jack. **The Choices Justices Make**. Washington: Congressional Quarterly, 1998.

EPSTEIN, Lee; LANDES, William M. Was There Ever Such a Thing as Judicial Self-Restraint? **California Law Review**, Vol. 100, p. 557-578, 2012.

ESKRIDGE, William N. Jr. Pluralism and Distrust: How Courts Can Support Democracy by Lowering the Stakes of Politics, **Yale Law Journal**, Vol. 114, N. 6, p. 1.279-1.328, 2005.

FAJARDO, Cláudio Marcelo Spalla Fajardo. Súmula STF nº 347: uma nova abordagem sobre a competência do TCU para apreciar a constitucionalidade de leis e de atos normativos do Poder Público. **Revista do TCU**, N. 111. p. 17-34, 2008.

FALLON JR, Richard H. Of justiciability, remedies, and public Law litigation: notes on the jurisprudence of Lyons. **New York University Law Review**, Vol. 59, N. 1, p. 01-75, 1984.

_____. Richard H. The Supreme Court 1996 term foreword: Implementing the Constitution. **Harvard Law Review**, Vol. 111, p. 56-152, 1997.

FARIA, Márcio Carvalho. Ainda há motivos para se ter medo do prequestionamento? **Revista de Processo**, Vol. 211, p. 143-188, 2012.

FARINA, Fernanda Mercier Querido. Jurisprudência defensiva e a função dos tribunais superiores. **Revista de Processo**, Vol. 209, p. 105, 2012.

FELLET, André Luiz Fernandes; DE PAULA, Daniel Giotti; NOVELINO, Marcelo (orgs.). **As Novas Faces do Ativismo Judicial**. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.

FELTEN, Maria Silvana. O prequestionamento nos recursos excepcionais cíveis. **Revista Jus Plenum**, Caxias do Sul, Vol. 8, N. 43, p. 95-103, 2012.

FERNANDES, Eric Baracho Dore; ROMANO, Marcus Vinícius Bacellar. Existe um Processo Verdadeiramente Objetivo no Brasil? Aspectos Subjetivos do Controle Abstrato de Constitucionalidade. **Revista DPU**, N. 58, p. 09-31, 2014.

FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho. **Neoconstitucionalismo e as possibilidades e os limites do ativismo judicial no Brasil Contemporâneo**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do Processo Legislativo**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____, Manoel Gonçalves. O Poder Judiciário na Constituição de 1988 - Judicialização da política e politização da Justiça. **Revista de Direito Administrativo**, N. 198 (out.-dez. 1994). Rio de Janeiro: Renovar, p. 01-17.

FICKES, Aaron J. Private Warriors and Political Questions: A Critical Analysis of the Political Question Doctrine's Application to Suits against Private Military Contractors. **Temple Law Review**, Vol. 82, N. 2, p. 525-560, 2009.

FIELD, Oliver P. The Doctrine of Political Questions in the Federal Courts. **American Law Review**, Vol. 58, p. 711-746, 1924.

FIELDING, Nigel G. Judges and Their Work. **Social & Legal Studies**, Vol. 20, N. 1, p. 97-116, 2011.

FINKELSTEIN, Maurice. Judicial Self-Limitation. **Harvad Law Review**, Vol. 37, p. 338-364, 1924.

_____, Maurice. Further Notes on Judicial Self-Limitation. **Harvard Law Review**, Vol. 39, N. 2, p. 221-244, 1925.

FISS, Owen, The perils of minimalism, **Theoretical Inquiries in Law**, Vol. 9, p. 643-664, 2008.

FLOREN, David.. Pre-enforcement ripeness doctrine: the fitness of harship. **Oregon Law Review**, Vol. 80, p. 1107-1138, 2001.

FORSYTHE, Clarke D. The tradition of interpretativism in constitutional interpretation. **Valparaiso University Law Review**, Vol. 22, N. 1, p. 217-232, 1987.

FRAGALE FILHO, Roberto. Ativismo Judicial e Sujeitos Coletivos: A Ação das Associações de Magistrados. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; FRAGALE FILHO, Roberto e LOBÃO, Ronaldo (orgs.). **Constituição & Ativismo Judicial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 359-378.

FRANCISCO, José Carlos. Coisa julgada inconstitucional e a afirmação do direito judicial. **Parahyba Judiciária**, Vol. 10, N. 10, p. 449-484, 2017.

FRENCH, Robert. Judicial activists - mythical monsters? **Southern Cross University Law Review**, Vol. 12, p. 59-74, 2008.

FRIEDELBAUM, Stanley H. Baker v. Carr: the new doctrine of judicial intervention and its implications for american federalism. **The University of Chicago Law Review**, Vol. 29, p. 673-704, 1962.

FUNSTON, Richard. The Double Standard of Constitutional Protection in the Era of the Welfare State. **Political Science Quarterly**, Vol. 90, N. 2, p. 261-287, 1975.

GARAU, Marilha Gabriela Reverendo; MULATINHO, Juliana Pessoa Mulatinho; REIS, Ana Beatriz Oliveira. Ativismo judicial e democracia: a atuação do STF e o exercício da cidadania no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Vol. 5, p. 192-206, 2015.

GARCIA, Enrique Alonso. El Tribunal Burger y la doctrina de las "political questions" en los Estados Unidos. **Revista Española de Derecho Constitucional**, N. 1, p. 287-299, 1981.

GARNETT, Richard W. Judicial Review, Local Values, and Pluralism. **Harvard Journal of Law & Public Policy**, Vol. 32, N. 1, p. 5-16, 2009.

GILPATRICK, Breanne. Removing Corporate Campaign Finance Restrictions in Citizens United v. Federal Election Commission, 130 S. Ct. 876 (2010). **Harvard Journal of Law & Public Policy**, Vol 34, N. 1, p. 405-420, 2011.

GINSBURG, Ruth Bader. Inviting judicial activism: "liberal" or "conservative" technique? **Georgia Law Review**, Vol. 15, N. 3, p. 539-558, 1981.

GIVENS, Richard A. The Impartial Constitutional Principles Supporting Brown v. Board of Education. **Howard Law Journal**, Vol. 6, N. 2, p. 179-186, 1960.

GLENNON, Michael J. Foreign Affairs and the political question doctrine. **American Journal of International Law**, Vol. 83, p. 814-821, 1989.

GOLDMAN, Jeffrey C. Of Treaties and Torture: How the Supreme Court Can Restrain the Executive. **Duke Law Journal**, Vol. 55, N. 3, p. 609-640, 2005.

GOMES, Gustavo Gonçalves. Juiz ativista x juiz ativo: uma diferenciação necessária no âmbito do processo constitucional moderno. In: DIDIER JR., Fredie; NALINI, José Renato; RAMOS, Glauco Gumerato; LEVY, Wilson (orgs.). **Ativismo Judicial e Garantismo Processual**. Salvador: Juspodivm, 2013.

GRAGLIA, Lino A. It's not constitutionalism, it's judicial activism. **Harv. J. L. & Pub. Pol'y**, N. 293, 1995-1996.

GRAYBURN, Susan T. Goldwater v. Carter. **Brooklyn Journal of International Law**, Vol 7, N. 1, p. 111-134, 1981.

GREEN, Craig. An Intellectual History of Judicial Activism. **Emory Law Journal**, Atlanta, Vol. 58, N. 5, 2009.

GREENE, Jamal. Trump as a Constitutional Failure, **Indiana Law Journal**, Vol. 93, N. 1, p. 93-110, 2018.

GRIFFIN, Stephen M. Rebooting originalism. **University of Illinois Law Review**, Vol. 2008, N. 4, p. 1.184-1.224, 2008.

GROSTEIN, Julio. **Ativismo judicial: análise comparativa no direito constitucional brasileiro e norte-americano**. São Paulo: Almedina, 2019.

GROVE, Tara Leigh. The Origins (and Fragility) of Judicial Independence. **Vanderbilt Law Review**, Vol. 71, p. 465-545, 2018.

GUILDS, Ryan. A Jurisprudence of Doubt: Generalized Grievances as a Limitation to Federal Court Access. **North Carolina Law Review**, Vol. 74, p. 1.863-1.911, 1996.

GUNTHER, Gerald. The subtle vices of the "passive virtues"- a comment on principle and expediency in judicial review. **Columbia Law Review**, Vol. 64, N. 01, p. 01-25, 1964.

HAFFNER, Julia. C. *Suitum v. Tahoe Regional Planning Agency*: The United States Supreme Court revisits ripeness in the regulatory takings context. **Tulane Environmental Law Journal**, Vol. 11, p. 129-142, 1997.

HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. **O Federalista**. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. 3ª ed. Campinas: Russell editores, 2010.

HARRISON, John. The Political Question Doctrines. **American University Law Review**, Vol. 67, N. 2, p. 457-528, 2017.

HASEN, Richard L. "Citizens United" and the illusion of coherence. **Michigan Law Review**, Vol. 109, N. 4, p. 581-623, 2011.

HATAB, Layla Gonçalves; ZAGANELLI, Margareth Vetis. Recursos excepcionais e valoração de provas. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, Vol. 7, N. 7, p. 378-396, 2011.

HAWLEY, Joshua D. The Intellectual Origins of (Modem) Substantive Due Process. **Texas Law Review**, Vol. 93, p. 275-350, 2015.

HENKIN, Louis. Is There a "Political Question" Doctrine? **The Yale Law Journal**, Vol. 85, N. 5, p. 597-625, 1976.

_____, Louis. The Foreign Affairs Power of the Federal Courts: Sabbatino. **Columbia Law Review**, Vol. 64, N. 5, p. 805-832, 1964.

_____, Louis. Vietnam in the Courts of the United States: "Political Questions". **The American Journal of International Law**, Vol. 63, N. 2, p. 284-289, 1969.

HERANI, Renato Gugliano. O poder judicial de constitucionalidade – Entre o ativismo e a contenção. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, Belo Horizonte, Ano 7, N. 27, p. 631-648, set./dez. 2013.

HESSICK, F. Andrew. Rethinking the Presumption of Constitutionality. **Notre Dame Law Review**, Vol. 85, N. 4, p. 1447-1504, 2010.

HIGGINBOTHAM, A. Leon Jr. Seeking Pluralism in Judicial Systems: The American Experience and the South African Challenge. **Duke Law Journal**, Vol. 42, N. 5, p. 1028-1068, 1993.

HIRSCH, Fábio Periandro de Almeida. Crise de funcionalidade do Supremo Tribunal Federal Brasileiro. **Direito UNIFACS – Debate Virtual**, N. 132, p. 110-133, 2011.

HIRSCHL, Ran, "Juristocracy" – Political, not Juridical. **The Good Society**, Vol. 13, N. 3, p. 6-11, 2004.

_____, Ran. The new constitutionalism and the judicialization of pure politics worldwide. **Fordham Law Review**, Vol. 75, No. 2, p. 721-754, 2006.

_____, Ran. **Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

HOGAN, Frank J. Important Shifts in Constitutional Doctrines. **American Bar Association Journal**, Vol. 25, p. 629-638, 1939.

HOHL, Patricia S. International Law - Federal Court Jurisdiction. **Suffolk Transnational Law Journal**, Vol 9, N. 2, p. 427-438, 1985.

HORBACH, Carlos Bastide. Controle judicial da atividade política: as questões políticas e os atos de governo. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília A. 46 N. 182, p. 07-16, abr./jun. 2009.

HUHN, Wilson. Realism over Formalism and the Presumption of Constitutionality: Chief Justice Roberts' Opinion Upholding the Individual Mandate. **Akron Law Review**, Vol. 46, N. 1, p. 117-136, 2013.

HUQ, Aziz Z. When Was Judicial Self-Restraint? **California Law Review**, Vol. 100, N. 3, p. 584, jun. 2012.

ISTO É. Crescem ações movidas por partidos políticos no Supremo, **Isto É**, São Paulo, 09.11.2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/crescem-acoes-movidas-por-partidos-politicos-no-supremo/>.

JAFFE, Jill. The Political Question Doctrine: An Update in Response to Recent Case Law. **Ecology Law Quarterly**, Vol. 38, p. 1.033-1.066, 2011.

JORGE, Flávio Cheim. **Teoria Geral dos Recursos Cíveis**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

JUDGE, Kathryn. Judges and Judgment: In Praise of Instigators. **University of Chicago Law Review**, Vol. 86, p. 01-15, 2019.

KADISH, Sanford H. A Note on Judicial Activism. **Utah Law Review**, N. 6, p. 467-471, 1958.

KALLÁS FILHO, Elias; MASSA, Laila Nader Mendes. Leitura moral da Constituição e ativismo judicial: a questão da legitimidade democrática das decisões judiciais no Brasil sob a perspectiva de Ronald Dworkin. **DESC - Direito, Economia e Sociedade Contemporânea**, Campinas, Vol. 2, N. 1, p. 245 – 257, 2019.

KOH, Harold Hongju. Why the President (Almost) Always Wins in Foreign Affairs: Lessons of the Iran-Contra Affair. **Yale Law Journal**, Vol. 97, N. 7, p. 1255-1342, 1988.

KOMESAR, Neil K. **Imperfect alternatives: choosing institutions in law, economics, and public policy**. University of Chicago Press, 1994.

KARLAN, Pamela S. The Transformation of Judicial Self-Restraint. **California Law Review**, Vol. 100, p. 607-619, jun. 2012.

KARST, Kenneth L. Legislative Facts in Constitutional Litigation. **The Supreme Court Review**, p. 75-112, 1960.

KATYAL, Neal K. Rethinking Legal Conservatism. **Harvard Journal of Law & Public Policy**, Vol. 36, p. 949-953, 2013.

KECK, Thomas M. Activism and Restraint on the Rehnquist Court: Timing, Sequence, and Conjuncture in Constitutional Development. **Polity**, Vol. XXXV, n. 1, p. 121-152, 2002.

KELLEY, William K. Avoiding constitutional questions as a three-branch problem. **Cornell Law Review**, N. 86, p. 831-898, 2000-2001.

KENS, Paul. *Lochner v. New York*: Tradition or Change in Constitutional Law. **New York University Journal of Law & Liberty**, Vol. 1, N. 1 p. 404-431, 2005.

KMIEC, Keenan D. The Origin and Current Meninges of Judicial Activism. **California Law Review**, N. 92, p. 1.441-1.477, 2004.

KNIJNIK, Danilo. Os standards do convencimento judicial: paradigmas para o seu possível controle. **Revista Forense**, Vol. 353, N. 353, p. 15-52, 2001.

KOATZ, Rafael Lorenzo-Fernandez. A proibição do *non liquet* e o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, Vol. 270, p. 171-205, set./dez. 2015.

KOCH, Charles H. Jr. Judicial Review of Administrative Discretion. **George Washington Law Review**, Vol. 54, N. 4, p. 469-511, 1986.

KOERNER, Andrei. Ativismo Judicial? Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88. **Novos Estudos**, N. 96, p. 69-85, 2013.

_____, Andrei. O ativismo judicial como problema intelectual e político nos Estados Unidos: uma análise crítica. **Lua Nova**, São Paulo, 99, p. 233-255, 2016.

KRAMER, Larry D. Judicial Supremacy and the End of Judicial Restraint. **California Law Review**, Vol. 100, N. 3, p. 621-634, jun. 2012.

_____, Larry D. **The people themselves: popular constitutionalism and judicial review**. New York: Oxford University Press, 2004.

KROTOSZYNSKI JR., Ronald J. A Remembrance of Things Past? Reflections on the Warren Court and the Struggle for Civil Rights. **Washington and Lee Law Review**, Vol. 59, p. 1.055-1.074, 2002.

LANDES, William M.; POSNER, Richard A. The Economics of Anticipatory Adjudication. **The Journal of Legal Studies**, Vol. 23, N. 2, p. 683-719, 1994.

LEAL, Roger Stiefelmann. **O Efeito Vinculante na Jurisdição Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____, Roger Stiefelmann. A Judicialização da Política. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**, São Paulo, Ano 7, N. 29, p. 230-237, out./dez. 1999.

_____, Roger Stiefelmann. Pluralismo, políticas públicas e a Constituição de 1988: considerações sobre a prática constitucional brasileira 20 anos depois. In: MORAES, Alexandre de (coord.). **Os 20 Anos da Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 73-97.

_____, Roger Stiefelmann. **Juiz constitucional e instituições democráticas**, 2018. Artigo no prelo.

LEE, Evan Tsen. **Judicial Restraint in America: how the ageless wisdom of the federal courts was invented**. New York: Oxford University Press, 2011.

LEITE, Fábio Carvalho. Ação Declaratória de Constitucionalidade: expectativa, realidade e algumas propostas. **Seqüência**, Florianópolis, N. 69, p. 109-132, 2014.

LENTA, Patrick. Judicial Restraint and Overreach. **South African Journal on Human Rights**, Vol. 20, p. 544-576, 2004.

LESSA, Pedro. **Do Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1915.

LEVINSON, Sanford; BALKIN, Jack M. What are the facts of Marbury v. Madison? **Constitutional Commentary**, Vol. 20, p. 255-281, 2004.

LEYVA, Raymundo Gama. James Bradley Thayer, un precursor de la teoría de las presunciones. **Teoria jurídica contemporânea**, Vol. 1, p. 97-121, 2016.

LIMA, Flávia Santiago. **Jurisdição Constitucional e Política: ativismo e autocontenção no STF**. Curitiba: Juruá, 2014.

LIMA, Flávia Santiago; LEITE, Glauco Salomão. Ativismo judicial ou autocontenção? A decisão vinculante no controle difuso de constitucionalidade e suas repercussões institucionais. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica – RIHJ**, Belo Horizonte, Ano 12, N. 16, p. 93-113, jul./dez. 2014.

LIMA, Flavia Danielle Santiago; NETO, José Mário Wanderley Gomes. Autocontenção à brasileira? Uma taxonomia dos argumentos jurídicos (e estratégias políticas?) explicativo(a)s do comportamento do STF nas relações com os poderes majoritários.

Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, Vol. 5, N. 1, p. 221-247, jan./abr. 2018.

LIMA, Flavia Danielle Santiago; OLIVEIRA, Tassiana Moura de. Quem Impõe Limites às Reformas Previdenciárias? O STF como protetor do orçamento público. **Revista da AGU**, Brasília-DF, Vol. 16, N. 04, p. 193-218, out./dez. 2017.

LINDE, Hans A. Practicing Theory: The Forgotten Law of Initiative Lawmaking. **UCLA Law Review**, Vol. 45, N. 6, p. 1735-1760, 1998.

LINZER, Peter. The Meaning of Certiorari Denials. **Columbia Law Review**, Vol. 79, N. 07, p. 1.227-1.305, 1979.

LITTLEFIELD, Neil O. Stare decisis, prospective overruling, and judicial legislation in the context of sovereign immunity. **Saint Louis University Law Journal**, Vol. 9, p 71-72, 1965.

LOEWENSTEIN, Karl. **Teoría de la Constitución**. 2ª ed. Tradução de Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona: Editorial Ariel, 1975.

LUBAN, David. Justice Holmes and the metaphysics of judicial restraint. **Duke Law Journal**, Vol. 44, p. 449-523, 1994.

MACEDO, Elaine Harzheim; SCALZILLI, Roberta. Prequestionamento no recurso especial sob a ótica da função do STJ no sistema processual civil: uma análise perante o novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, 2017.

MACHADO, Joana de Souza. **Ativismo judicial no Supremo Tribunal Federal**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional, 2008.

MACIEL, Adhemar Ferreira. Restrição à admissibilidade de recursos na Suprema Corte dos Estados Unidos e no Supremo Tribunal Federal do Brasil. In: FABRÍCIO, Adroaldo

Furtado (coord.). **Meios de impugnação ao julgado civil: estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

MADURO, Miguel Poiars. In Search of a Meaning and Not in Search of the Meaning: Judicial Review and the Constitution in Times of Pluralism. **Wisconsin Law Review**, N. 2, p. 541-564, 2013.

MAGGS, Douglas B. The Constitution and the Recovery Legislation: The Rôles of Document, Doctrine, and Judges. **The University of Chicago Law Review**, Vol. 1, N. 5, p. 665-697, 1934.

MALTZ, Earl. Brown v. Board of Education and “Originalism”. In: GEORGE, Robert P. (editor). **Great Cases in Constitutional Law**. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 14ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme. Reexame da prova diante dos recursos especial e extraordinário. In: FABRÍCIO, Adroaldo Furtado (coord.). **Meios de impugnação ao julgado civil: estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007, p. 441-464.

MARSHALL, William P. Conservatives and the seven sins of judicial activism. **University of Colorado Law Review**, Vol. 73, p. 101-140, 2002.

MARTIN, Andréia Garcia; AUGUSTO, Silma Maria. Análise do Requisito da Relevante Controvérsia Judicial em Sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade **Revista do Direito Público**, Londrina, Vol. 8, N. 2, p.91-118, 2013

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. 7ª ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

MAXIMILIANO, Carlos. **Commentarios à Constituição Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos editor, 1923.

MAZOTTI, Marcelo. **Jurisdição Constitucional e Ativismo Judiciário: análise comparativa entre a atuação do Supremo Tribunal Federal brasileiro e da Suprema Corte estadunidense**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2012.

McCONNELL, Michael W. Why Is Religious Liberty the First Freedom, **Cardozo Law Review**, Vol. 21, N. 4, p. 1.243-1.266, 2000.

McGOLDRICK JR, James M. The Rational Basis Test and Why It Is So Irrational: An Eighty-Year Retrospective. **San Diego Law Review**, Vol. 55, N. 4 p. 751-802, 2018.

McKEEVER, Robert J. The Fall and Rise of Judicial Activism in the United States: The Case of Justice William O. Douglas. **The Journal of Legal History**, Vol. 11, p. 437-446, 1990.

McWHINNEY, Edward. The Supreme Court and the Dilemma of Judicial Policy-Making. **Minnesota Law Review**, Vol. 39, p. 837-851, 1955.

MEDEIROS, Anderson Araújo de. Fundamentos da ação declaratória de constitucionalidade. **Revista de Estudos Jurídicos do UNI-RN**, Natal, N. 1, p. 266-278, agosto 2015.

MEDEIROS, Oriane Dantas de. A influência do realismo judicial no julgamento da reclamação constitucional 4335-5/AC: rejeição da mutação constitucional prevista no art. 52, x da CF/88. **Revista Data Venia – Universidade Estadual da Paraíba**, Vol. 6, N. 8, p. 30-63, 2012.

MENDELSON, Wallace. Judicial Review and Party Politics. **Vanderbilt Law Review**, Vol. 12, N. 2, p. 447-457, 1959.

_____, Wallace. Mr. Justice Rutledge's Mark upon the Bill of Rights. **Columbia Law Review**, Vol. 50, N. 1 p. 48-51, 1950.

MENDES, Conrado Hübner. **Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. Ação Declaratória de Constitucionalidade e Demonstração da Existência de Controvérsia Judicial. **Revista Jurídica Virtual**, Vol. 1, N. 9 , 2000.

_____, Gilmar Ferreira. **Controle Abstrato de Constitucionalidade: ADI, ADC e ADO – comentários à Lei n. 9.868/99**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____, Gilmar Ferreira. **Jurisdição Constitucional**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENEZES, Mauro de Azevedo. A degeneração ética de um herói, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29.07.2019, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2019/07/a-degeneracao-etica-de-um-heroi.shtml?origin=folha>.

MESQUITA, José Ignacio Botelho de; NERY JR, Nelson. **Teses, estudos e pareceres de processo civil**, Vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

METZGER, Stanley D. The Act of State Doctrine and Foreign Relations. **University of Pittsburgh Law Review**, Vol. 23, N. 4, p. 881-892, 1962.

MILLET, Thomas. The Supreme Court, Political Questions, and Article V - A Case for Judicial Restraint. **Santa Clara Law Review**, Vol. 23, N. 3, p. 745-768, 1983.

MONAGHAN, Henry. Constitutional Adjudication: The Who and When. **The Yale Law Journal**, Vol. 82, N. 7 p. 1.363-1.397, 1973.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. Tradução Gabriela de Andrada Dias Barbosa. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

MORAES, Alexandre de. As súmulas vinculantes no Brasil e a necessidade de limites ao ativismo judicial. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, Vol. 106/107, p. 267 – 285, jan./dez. 2011/2012.

MORAIS, Fausto Santos de; TRINDADE, André Karam. Ativismo judicial: as experiências norte-americana, alemã e brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, N. 53, p. 57-84, 2011.

MORALES, Carlos Mecchi. **Originalismo e Interpretação Constitucional**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2011.

MORO, Sergio Fernando. **Jurisdição Constitucional como Democracia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MURCHISON, Brian C. On ripeness and "pragmatism" in administrative law. **Administrative Law Review**, Vol. 41, N. 2, p. 159-200, 1989.

NARDINI, William J. Passive Activism and the Limits of Judicial SelfRestraint: Lessons for America from the Italian Constitutional Court. **Seton Hall Law Review**, Vol. 30, p. 1-63, 1999.

NATHANSON, Nathaniel L. Mr. Justice Frankfurter and the Holmes Chair: a study in liberalism and judicial self-restraint. **Northwestern University Law Review**, Vol. 71, N. 2, p. 135-160, mai./jun. 1976.

NEILY, Clark. Litigation without Adjudication: Why the Modern Rational Basis Test Is Unconstitutional. **Georgetown Journal of Law & Public Policy**, Vol. 14, N. 2, p. 537-558, 2016.

NEUBORNE, Burt. The binding quality of Supreme Court precedent. **Tulane Law Review**, Vol. 61, p. 991-1.002, 1987.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Ações Constitucionais**. 2ª ed. São Paulo: Editora Método, 2013.

NEVES, Edson Alvisi. Jurisdição Ativa no Estado Democrático. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; FRAGALE FILHO, Roberto; LOBÃO, Ronaldo (orgs.). **Constituição & Ativismo Judicial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

NICHOL JR, Gene R. Causation as a Standing Requirement: The Unprincipled Use of Judicial Restraint. **Kentucky Law Journal**, Vol. 69, p. 185-226, 1980.

_____, Gene R. Ripeness and the constitution. **University of Chicago Law Review**, Vol. 54, p. 153-183, 1987.

NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira. Ativismo Judicial: Possibilidade e limites **Revista Trimestral de Direito Público**. Belo Horizonte, Ano 2011, N. 55, p. 01-24, jul./set. 2011.

NUNES, José de Castro. **Do Mandado de Segurança e outros meios de defesa do direito contra actos do Poder Publico**. São Paulo: Livraria Academica, 1937.

_____, José de Castro. **Teoria e Prática do Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1943.

NUNES, Luiz Roberto. Ativismo judicial. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, N. 38, p. 57-74, 2011.

OLIVEIRA, Antonio Francisco Gomes de. **Jurisdição Constitucional: Diálogos Institucionais como Terceira Via entre o Ativismo e a Autocontenção judicial**. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

OLIVEIRA, Eduardo Ribeiro de. Prequestionamento. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; NERY JR, Nelson. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis de acordo com a Lei 9.756/98**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de. Técnicas de Controle de Constitucionalidade e Ativismo Judicial na Efetivação da Democracia: Notas Introdutórias. **Revista DPU**, N. 44, p. 175-189, mar./abr. 2012.

OLIVEIRA, Guilherme José Braz de. **Repercussão geral das questões constitucionais e suas consequências para o julgamento do recurso extraordinário**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo – USP. Program de pós-graduação, 2009.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Uma Justificação Democrática da Jurisdição Constitucional Brasileira e a Inconstitucionalidade da Lei nº 9.686/99. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Vol. 36, p. 177-207, 2001.

O'SCANNLAIN, Diarmuid F. Is a Written Constitution Necessary? **Pepperdine Law Review**, Vol. 32, p. 793-800, 2005.

PAIXÃO, Leonardo André. **A função política do Supremo Tribunal Federal**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação, 2007.

PARK, Joshua. Economic Protectionism: Irrationally Constitutional. **Pepperdine Law Review**, Vol. 45, N. 1, p. 149-188, 2018.

PATASHNIK, Eric M.; ZELIZER, Julian E. The Struggle to Remake Politics: Liberal Reform and the Limits of Policy Feedback in the Contemporary American State. **American Political Science Association**, Vol. 11, N. 4 p. 1.083, dez. 2013.

PATTI, F. Italia. Judicial Deference and Political Power in Fourteenth Amendment and Dormant Commerce Clause Cases. **San Diego Law Review**, Vol 56, N. 1, 221-246, 2019.

PEIXOTO, Rodrigo. O Supremo Tribunal Federal e o estado de sítio na República Velha: A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o estado de sítio, do início da República até a Revolução de 30 (1893 - 1930). **Quaestio Juris**, Vol. 10, N. 02, Rio de Janeiro, p. 1090-1124, 2017.

PENS, Joshua. Restore the Republic: The Incompatibility between the Taxpayer's Bill of Rights and the Guarantee Clause. **University of Colorado Law Review**, Vol. 87, N. 2, p. 621-668, 2016.

PEREIRA, Ana Lúcia Pretto. Jurisdição constitucional na Constituição Federal de 1988: entre ativismo e auto-contenção. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**. Curitiba, Vol. 2, N.2, jul./dez. 2007.

PERRY, Michael J. Judicial Activism. **Harvard Journal of Law and Public Policy**, Vol. 07, N. 1, p. 69-75, 1984.

PERRY, Michael J. The Fourteenth Amendment, Same-Sex Unions, and the Supreme Court. **Loyola University Chicago Law Journal**, N. 38, p. 215-246, 2006-2007.

PHILLIPS, Michael J. Entry Restrictions in the Lochner Court. **George Mason Law Review**, Vol. 4, N. 3, p. 405-456, 1996.

PHILLIPS, Michael J. How Many Times Was Lochner-Era Substantive Due Process Effective? **Mercer Law Review**, Vol. 48, p. 1.048-1.090, 1996-1997.

PHILLIPS, Michael J. The slow return of economic substantive due process. **Syracuse Law Review**, Vol. 49, p. 917-969, 1999.

PILDES, Richard H. Keeping Legal History Meaningful. **Constitutional Commentary**, Vol. 19, N. 3, p. 645-662, 2002.

PINTO, José Guilherme Berman Corrêa. Supremacia Judicial e Controle de Constitucionalidade. **Revista DPU**, N. 31, p. 25-57, jan.-fev/2010.

PONTES, Juliana de Brito; NETO, José Mário Wanderley Gomes; TEIXEIRA, João Paulo Fernandes de Souza Allain. Autocontenção no Judiciário Brasileiro: uma Análise das Relações Estratégicas entre os Poderes Constituídos do Estado. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, Ano 15, N. 20, p.138-159, jan./jun. 2017.

POSNER, Richard. A. The Meaning of Judicial Self-Restraint. **Indiana Law Journal**, Vol. 59, N. 1, p. 01-24, 1983.

_____, Richard A. The Rise and Fall of Judicial Self-Restraint. **California Law Review**, Vol. 100, N. 3, p. 519-556, jun. 2012.

POUND, Roscoe. Common Law and Legislation. **Harvard Law Review**, Vol. XXI, N. 6, p. 383-407, 1908.

POWELL JR., Lewis F. Stare decisis and judicial restraint. **Washington and Lee Law Review**, Vol. 47, N. 2, p. 281-290, 1990.

_____, Lewis F. What Really Goes on at the Supreme Court. **American Bar Association Journal**, Vol 66, N. 6, p. 721-723, 1980.

PRIMUS, Richard. If We Adjust to Trumpism, the Republic Is Lost. What I mean when I say I'm in the resistance. **The Atlantic**, Boston, 20.11.2019. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2019/11/what-it-means-be-part-resistance/602302/>.

PRITCHETT, C. Herman. The Supreme Court today: constitutional interpretation and judicial self-restraint. **South Dakota Law Review**, Vol. 3, p. 51-79, 1958.

PUSHAW JR, Robert. J. Judicial review and the political question doctrine: reviving the federalist "rebuttable presumption" analysis. **North Carolina Law Review**, Vol. 80, p. 1.165-1.202, 2002.

QUEIROZ NETO, Luiz Vicente de Medeiros. A Pertinência Temática como Requisito da Legitimidade Ativa para o Processo Objetivo de Controle Abstrato de Normas. **Revista do Tribunal Regional Federal 1ª Região**, Brasília, Vol. 15, N. 7, p. 58-74, 2003.

QUINTAS, Fábio Lima. A Nova Dogmática do Recurso Extraordinário: o Advento da Repercussão Geral e o Ocaso do Prequestionamento. **Revista DPU**, N. 22, p. 07-23, 2008.

RAMOS, Elival da Silva. **Ativismo Judicial: parâmetros dogmáticos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; OLIVEIRA JUNIOR, Jorge Ferraz de. Características do ativismo judicial nos Estados Unidos e no Brasil: Um breve histórico do ativismo judicial na Suprema Corte Norte-Americana e um paralelo com o recente ativismo judicial da Suprema Corte brasileira. **Revista de Informação Legislativa**, Ano 51, N. 204, p. 25-41, out./dez. 2014.

RECK, Janriê Rodrigues; VICENTE, Jacson Bacin. Ativismo judicial: uma forma de controle social? **Revista Brasileira de Direito – IMED**, Vol. 8, N. 1, p. 125-140, jan./jun. 2012.

REDISH, Martin H. Abstention, Separation of Powers, and the Limits of the Judicial Function. **The Yale Law Journal**, Vol. 94, N. 1, p. 71-115, 1984.

_____, Martin H. The passive virtues, the countermajoritarian principle, and the "judicial-political" model of constitutional adjudication. **Connecticut Law Review**, Vol. 22, p. 647-676, 1990.

REHNQUIST, William H. The Notion of a Living Constitution. **Texas Law Review**, Vol. 54, N. 4, p. 693-706, 1976.

_____, William H. **The Supreme Court: revised and updated**. New York: Vintage Books, 2002

REINSTEIN, Robert. Anti-Federalism and Judicial Review. **Cornell Journal of Law and Public Policy**, Vol. 4, N. 2, p. 515-524, 1995.

REIS, Thiago. Dogmática e incerteza normativa: crítica ao substancialismo jurídico do direito civil-constitucional. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, Vol. 11, p. 213-238, 2017.

REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. Ativismo judicial e Estado de Direito. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, Vol. 9, N. 2, p. 9, 2014.

REYNOLDS, William Bradford. Symposium: Renewing the American Constitutional Heritage. **Harvard Journal of Law and Public Polic**, Vol. 8, p. 225-237, 1985.

ROCHE, John P. Judicial Self-Restraint. **The American Political Science Review**, Vol. 49, N. 3, p. 762-772, 1955.

RODRIGUES, Fernando Anselmo. Requisitos de admissibilidade do recurso especial e do recurso extraordinário. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Org.) **Aspectos polêmicos e atuais do recurso especial e do recurso extraordinário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **A Côrte Suprema e o Direito Constitucional Americano**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1958.

_____, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal. Tomo I (1891-1898 – Defesa das Liberdades Cíveis)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.

_____, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal. Tomo II (1899-1910 – Defesa do Federalismo)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.

_____, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal. Tomo III (1910-1926 – Doutrina brasileira do *habeas-corpus*)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.

RODRIGUES, Nina T. Disconzi. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro e as Leis 9.868/99 e 9.882/99. **Revista de Informação Legislativa**, A. 38, N. 149, p. 111-124, 2001.

RODRIGUEZ, Caio Farah. **Sentido, Valor e Aspecto Institucional da Indeterminação Jurídica**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2011.

ROESCH, Benjamin J. Crowd Control: The Majoritarian Court and the Reflection of Public Opinion in Doctrine. **Suffolk University Law Review**, Vol. XXXIX, 2006.

ROGERS, James R.; VANBERG, George. Resurrecting Lochner: A Defense of Unprincipled Judicial Activism. **The Journal of Law, Economics, & Organization**, Vol. 23, N. 2, p. 442-468, mai. 2007.

ROOSEVELT III, Kermit. Forget the fundamentals: fixing substantive due process. **University of Pennsylvania Journal of Constitutional Law**, Vol. 8, p. 983-1.004, 2006.

ROSENBERG, Gerald N. **The Hollow Hope: can courts bring about social change?** 2nd edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

SÁ, Mariana Oliveira de; Vinícius Silva BONFIM, Vinícius Silva. A atuação do Supremo Tribunal Federal frente aos fenômenos da judicialização da política e do ativismo judicial. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Vol. 5, p. 170-190, 2015.

SANTARÉM, Paulo Rená da Silva; SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. A observação da Jurisprudência Defensiva na diferenciação do subsistema do direito. **Universidade de Brasília - DPP - PIBIC Relatório Final Edital 2004**, p. 01-25, 2005

SANTOS, Francisco Cláudio de Almeida. O prequestionamento na doutrina e na jurisprudência. In: **Doutrina do STJ: Edição Comemorativa: 15 anos**. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, p. 347-365, 2005.

_____, Francisco Cláudio de Almeida. Recurso especial: Visão geral. **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, p. 143-161, 2010.

SANTOS, Pedro Felipe de Oliveira. Beyond minimalism and usurpation: Designing judicial review to control the mis-enforcement of socio-economic rights. *Washington University Global Studies Law Review*, Vol. 18, N. 3, p. 493-558, 2019.

SANTOS, Tiago Neiva. Ativismo judicial: Uma visão democrática sobre o aspecto político da jurisdição constitucional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília A. 44, N. 173, p. 271-284, jan./mar. 2007.

SARMENTO, Daniel Sarmento; SOUZA NETO, Cláudio Pereira: Notas sobre jurisdição constitucional e democracia: a questão da "última palavra" e alguns parâmetros de autocontenção judicial. **Revista Quaestio Iuris**, Vol. 06, N. 02. p. 119-161.

SCHARPF, Fritz W. Judicial Review and the Political Question: A Functional Analysis. **The Yale Law Journal**, Vol. 75, N. 4, p. 517-597, 1966.

SCHLESINGER JR., Arthur M. The Supreme Court: 1947. **Fortune Magazine**, Vol. XXXV, N. 1, p. 73-79 e 201-208 e 211-212, jan. 1947.

SCHWARTZ, Bernard. **Direito Constitucional Americano**. Tradução de Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1966.

_____, Bernard. **A History of the Supreme Court**. New York: Oxford University Press, 1995.

SCHWARTZ, Gary T. The Beginning and the Possible End of the Rise of Modern American Tort Law. **Georgia Law Review**, Vol. 26, N. 3, p. 539-599, 1992.

SCHWARZSCHILD, Maimon. Pluralism, Conversation, and Judicial Restraint, **Northwestern University Law Review**, Vol. 95, N. 3, p. 961-976, 2001.

SCOTT, Kenneth E. Standing in the Supreme Court – A Functional Analysis. **Harvard Law Review**, Vol. 86, N. 4, p. 645-692, 1973.

SEGALL, Eric J. Reconceptualizing Judicial Activism as Judicial Responsibility: A Tale of Two Justice Kennedys. **Arizona State Law Journal**, Vol. 41, p. 01-45, 2009.

SEIDMAN, Louis Michael. The secret life of the political question doctrine. **The John Marshall Law Review**, Vol. 37, p. 441-480, 2004.

SHAMAN, Jeffrey M. On the 100th Anniversary of *Lochner v. New York*. **Tennessee Law Review**, Vol. 72, N. 2, p. 455-508, 2005.

SHAPIRO, David L. Jurisdiction and discretion. **New York University Law Review**, Vol. 60, N. 4, p. 543-589, 1985.

SHERAIN, Howard. Thayer, Judicial Self-Restraint and Watergate. **Albany Law Review**, Vol. 38, p. 52-65, 1973.

SILVA, Diogo Bacha e. Os contornos do ativismo judicial no Brasil: O fetiche do Judiciário brasileiro pelo controle dos demais poderes. **Revista de Informação Legislativa**, Ano 50, N. 199, p. 163-178, jul./set. 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33^a ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____, José Afonso da. **Do recurso extraordinário no direito processual brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.

SIMIONI, Rafael. Ativismo ou passivismo judicial? O problema da legitimidade democrática. **Revista Jurídica – Revista de Estudos Jurídicos da Unesp Campus de Franca**, Vol. 15, N. 21, 2001.

SIMSON, Gary J. The Conclusive Presumption Cases: The Search for a Newer Equal Protection Continues. **Catholic University Law Review**, Vol. 24, N. 2, p. 217-242, 1975.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Common Law**. 2^a. ed. São Paulo: RT, 2000.

SODRÉ, Habacuque Wellington. A politização do Poder Judiciário como fator de ativismo judicial: conceituação e casos. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, Ano 11, N. 128, p. 01-20, out. 2011.

SOLIANO, Vitor. Ativismo judicial no Brasil: uma definição. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, Vol.8, N. 1, 2013.

SONGER, Donald. R. Concern for Policy Outputs as a Cue for Supreme Court Decisions on Certiorari. **The Journal of Politics**, Vol. 41, p. 1.185-1.194, 1979.

SOUTO, João Carlos. **Suprema Corte dos Estados Unidos: principais decisões**. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SOWELL, Thomas. Undue Process. **Southwestern University Law Review**, Vol. 11, N. 4, p. 1361-1370, 1979.

SPILLENGER, Clyde. Reading the Judicial Canon: Alexander Bickel and the Book of Brandeis. **The Journal of American History**, Vol. 79, N. 1, p. 125-151, 1992.

SPRIGGS II, James F.; MALTZMAN, Forrest; WAHLBECK, Paul J. Bargaining on the U.S. Supreme Court: Justices' Responses to Majority Opinion Drafts. **The Journal of Politics**, Vol. 61, N. 2 p. 485-506, 1999.

STEARNS, Maxwell L. Standing and social choice: historical evidence. **University of Pennsylvania Law Review**, Vol. 144, N. 2, p. 309-462, 1995.

STEILEN, Matthew. Minimalism and Deliberative Democracy: A Closer Look at the Virtues of “Shallowness”. **Seattle University Press**, Vol. 33, N. 2, p. 391-435, 2010.

STEVENS, Chloe. Raising Constitutional Eyebrows on Private Takings and Due Course of Law: Where Do We Go from Here. **Baylor Law Review**, Vol. 70, N. 2, p. 666-688, 2018.

STEVENS, John Paul. Judicial Restraint. **San Diego Law Review**, Vol 22, p. 437-452, 1985.

STONE, David O. Equality of Voting as a Constitutional Right: The Georgia County Unit Case. **Syracuse Law Review**, Vol. 2, N. 1, p. 73-81, 1950.

STONE, Geoffrey R. Citizens United and Conservative Judicial Activism. **University of Illinois Law Review**, Vol. 2012, p. 485-500, 2012.

STRAUSS, David A. Justiciability of the Political Offense Exception in Bilateral Extradition Agreements: Time for Judicial Self-Restraint. **New York Law School Journal of International and Comparative Law**, Vol. 14, N. 2, p. 455-470, 1993.

STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e Hermenêutica: Perspectivas e Possibilidades de Concretização dos Direitos Fundamentais Sociais no Brasil. **Novos Estudos Jurídicos**, Vol. 8, N. 2, p. 257-301, 2003.

SUMMERS, Clyde W. Sources and Limits of Religious Freedom. **Illinois Law Review**, Vol. 41, N. 1, 53-80, 1947.

SUNSTEIN, Cass R. **A constitution of many minds: why the founding document doesn't mean what it meant before**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

_____, Cass R. Beyond judicial minimalism. **Tulsa Law Review**, Vol. 43, p. 825-842, 2008.

_____, Cass R. Constitutional Personae. **The Supreme Court Review**, Vol. 2013, N. 1, p. 433-460, 2014.

_____, Cass R. Dred Scott v. Sandford and Its Legacy. In: GEORGE, Robert P. (editor). **Great Cases in Constitutional Law**. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

_____, Cass. R. **Lochnering**. Texas Law Review, Vol. 82, p. 65, 2003-2004.

_____, Cass R. **One case at a time: judicial minimalism on the Supreme Court**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

_____, Cass. **Radicals in robes: why extreme right-wing Courts are wrong for America**. New York: Basic Books, 2005.

_____, Cass R. The Beard Thesis and Franklin Roosevelt. **The George Washington Law Review**, Vol. 56, p. 114-123, 1987.

_____, Cass R. The Supreme Court 1995 term foreword: Leaving Things Undecided. **Harvard Law Review**, Vol. 110, p. 04-101, 1996.

SUTHERLAND, Arthur E. **De la Carta Magna a la Constitución Norteamericana: ideas fundamentales sobre constitucionalismo**. Tradução José Clementi. Buenos Aires: Tipografica Editora Argentina, 1972.

TABAK, Ronald. J.; LANE, J. Mark. Judicial activism and legislative "reform" of federal habeas corpus: a critical analysis of recent developments and current proposals. **Albany Law Review**, Vol. 55, N. 1, p. 01-95, 1991.

TALBOT, Margaret. Is the Supreme Court's Fate in Elena Kagan's Hands? **The New Yorker**, New York, 11.11.2019. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2019/11/18/is-the-supreme-courts-fate-in-elena-kagans-hands>.

TASSINARI, Clarissa. **Ativismo judicial: uma análise da atuação Judiciário nas experiências brasileira e norte-americana**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Programa de Pós-Graduação, 2012.

TATE, C. Neal. Why the Expansion of Judicial Power? In: TATE, Chester Neal; VALLINDER, Torbjörn (editores). **The global expansion of judicial power**. New York: New York University Press, 1995.

TAVARES, Aderruan Rodrigues. A Inconstitucionalidade da Pertinência Temática para os Legitimados Especiais do Controle Abstrato de Normas. **Revista DPU**, N. 48, p. 107-115, 2012.

TAVARES, André Ramos. **Paradigmas do Judicialismo Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

TAVARES JUNIOR, Hercílio Luiz. "O que não está nos autos, não está no mundo...": a diversidade da interpretação da verdade formal no controle do reexame de provas em recursos especiais pelo Superior Tribunal de Justiça. **Universitas Jus**, Vol. 22, N. 1, p. 01-111, 2011.

TEDESCO, Paulo Camargo. Jurisprudência defensiva de segunda geração. **Revista de Processo**, Vol. 35, N. 182, 2010.

TEGER, Stuart. H; KOSINSKI, Douglas. The Cue Theory of Supreme Court Certiorari Jurisdiction: A Reconsideration. **The Journal of Politics**, Vol. 42, p. 834-846, 1980.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. Ativismo judicial: nos limites entre racionalidade jurídica e decisão política. **Revista Direito GV**, São Paulo, N. 8(1), p. 37-58, jan-jun 2012.

TEIXEIRA, José Elaeres Marques. **A doutrina das questões políticas no Supremo Tribunal Federal – STF**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

THAYER, James Bradley. The origin and scope of the American doctrine of constitutional law. **Harvard Law Review**, Vol. VII, N. 3, p. 129-156, 1893.

THE WALL STREET JOURNAL. The Supreme Court's Textualism Test. **Editorial Board**. New York, 21.11.2019, Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/the-supreme-courts-textualism-test-11574382080>.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. London: Penguin Classics, 2003.

TOMMASINI, Nicola. **A Presunção de Constitucionalidade e Inconstitucionalidade das Leis**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, 2018.

TREANOR, William Michael. Judicial Review before Marbury. **Stanford Law Review**, Vol. 58, N. 2, p. 455-562, 2005.

TRIBE, Laurence H. **American Constitutional Law**. 3rd. edition. New York: New York Foundation Press, 2000.

_____, Laurence H. Diving Citizens United: The Case v. the Controversy. **Constitutional Commentary**, Vol. 30, N. 2, p. 463-494, 2015.

TUSHNET, Mark. Federalism and Liberalism. **Cardozo Journal of International and Comparative Law**, Vol. 4, N. 2, p. 329-344, 1996.

_____, Mark. Justiciability: the transformation and disappearance of the political question doctrine. **North Carolina Law Review**, Vol. 80, p. 1.203-1.236, 2002.

_____, Mark. Marbury v. Madison around the world. **Tennessee Law Review**, Vol. 71, p. 250-274, 2004.

_____, Mark. **Weak Courts, Strong Rights: Judicial Review and Social Welfare Rights in Comparative Constitutional Law**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

URBANO, Maria Benedita. **Curso de Justiça Constitucional**. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2016.

VALLINDER, Torbjörn. When the Courts Go Marching In: TATE, Chester Neal; VALLINDER, Torbjörn (editores). **The global expansion of judicial power**. New York: New York University Press, 1995.

VANNATTA, Seth. Justice Holmes, the Social Darwinist. **The Pluralist**, Vol. 14, N. 1, p. 78-90, 2019.

VAUGHN, Gustavo Fávero. A jurisprudência defensiva no STJ à luz dos princípios do acesso à justiça e da celeridade processual. **Revista de Processo**, Vol. 254, p. 339-373, 2016.

VELOSO, Zeno. **Controle jurisdicional de constitucionalidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

VERÍSSIMO, Marcos Paulo. A Constituição de 1988, vinte anos depois: Suprema Corte e ativismo judicial “à brasileira”. **Revista Direito GV**, São Paulo, N. 8, p. 407-440, 2008.

VERMEULE, Adrian. **Judging under uncertainty: an institutional theory of legal interpretation**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

VIEIRA, José Ribas. Verso e reverso: a judicialização da política e o ativismo judicial no Brasil. **Revista Estação Científica**, Juiz de Fora, Vol. 1, N. 04, p. 44-57, out./ nov. 2009.

VIEIRA, José Ribas; CAMARGO, Margarida Maria Lacombe; SILVA, Alexandre Garrido da. O Supremo Tribunal Federal como arquiteto institucional: a judicialização da política e o ativismo judicial. **Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE**, Vol. 2, p. 74-85, 2009.

VIEIRA, José Ribas; SILVA, Alexandre Garrido. Justiça transicional, direitos humanos e a seletividade do ativismo judicial no Brasil. **Rev. da Fac. Min. de Direito**, Belo Horizonte, Vol. 11, N. 22, p. 19-46, 2008.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. **Revista Direito GV**, São Paulo, N. 8, p. 441-463, 2008.

VLADECK, Stephen I. The passive-aggressive virtues. **Columbia Law Review**, Vol. 111, p. 122-140, 2011.

VOJVODIC, Adriana de Moraes. **Precedentes e argumentação no Supremo Tribunal Federal: entre a vinculação ao passado e a sinalização para o futuro**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós-Graduação, 2012.

WALDRON, Jeremy. The core of the case against judicial review. **The Yale Law Journal**, Vol. 115, N. 6, p. 1.346-1.406, 2006.

WALLACE, J. Clifford. The Jurisprudence of Judicial Restraint: A Return to the Moorings. **The George Washington Law Review**, Vol. 50, N. 01, p. 1-16, nov. 1981.

WALPIN, Gerald. Take Obstructionism Out of the Judicial Nominations Confirmation Process. **Texas Review of Law & Politics**, Vol. 8, p. 89-112, 2003.

WANT, William L. Economic Substantive Due Process: Considered Dead Is Being Revived by a Series of Supreme Court Land-use Cases. **University of Hawai'i Law Review**, Vol. 36, p. 455-485, 2014.

WATSON, Katherine. When Substantive Due Process Meets Equal Protection: Reconciling Obergefell and Glucksberg. **Lewis & Clark Law Review**, Vol. 21, N. 1, p. 245-276, 2017.

WECHSLER, Herbert. The political safeguards of federalism: the role of the states in the composition and selection of the national government. **Columbia Law Review**, Vol. 54, p. 543-560, 1954.

WEINBERG, Louise. Political Questions and the Guarantee Clause. **University of Colorado Law Review**, Vol. 65, p. 887-948, 1994.

WESTON, Melville Fuller Weston. Political Questions. **Harvard Law Review**, Vol. 38, N. 3, p. 296-333, 1925.

WHITE, G. Edward. **The American Judicial Tradition: profiles of leading american judges**. New York: Oxford University Press, 2007.

WHITEHOUSE, Sheldon. Conservative Judicial Activism: The Politicization of the Supreme Court Under Chief Justice Roberts. **Harvard Law & Policy Review**, N. 9, p. 195-210, 2015.

WIDENER, H. E. Some random thoughts on judicial restraint. **Washington and Lee Law Review**, Vol. XXXI, p. 505-520, 1974.

WILLIAMS, Norman R. Direct Democracy, the Guaranty Clause, and the Politics of the Political Question Doctrine: Revisiting Pacific Telephone. **Oregon Law Review**, Vol. 87, N. 3, p. 979-1024, 2008.

WOLFE, Christopher. **The Rise of Modern Judicial Review: from constitutional interpretation to judge-made law**. Revised edition. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 1994.

WOOD, Gordon S. The origins of judicial review revisited. **Wash. & Lee Law Review**, N. 56, p. 787-809, 1999.

WRIGHT, J. Skelly. The role of the Supreme Court in a democratic society-judicial activism or restraint? **Cornell Law Review**, Vol. 54, N. 1, 3, p. 01-28, 1969.

YOUNG, Ernest A. Judicial Activism and Conservative Politics, **University of Colorado Law Review**, Vol. 73, n. 4, 2002.

YUNG, Corey Rayburn. Flexing Judicial Muscle: An Empirical Study of Judicial Activism in the Federal Courts, **North Western University Law Review**, Vol. 105, p. 01-60, 2011.

ZIETLOW, Rebecca E. The Judicial Restraint of the Warren Court (and Why it Matters). **Ohio State Law Journal**, Vol. 69, p. 255-301, 2008.